

DOS ANTROS DE PEDRA AOS VERDES PRADOS

O LUGAR EM "O HOBBIT" DE J.R.R. TOLKIEN

FRANCYJONISON CUSTODIO DO NASCIMENTO

IFRN
Editora

FRANCYJONISON CUSTODIO DO NASCIMENTO



DOS ANTROS DE PEDRA AOS VERDES PRADOS



Natal, 2016

Presidente da República Michel Temer
Ministro da Educação José Mendonça Bezerra Filho
Secretário de Educação Profissional e Tecnológica Eline Neves Braga Nascimento

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
do Rio Grande do Norte**

Reitor Wyllys Abel Farkatt Tabosa
Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação Marcio Adriano de Azevedo
Coordenador da Editora do IFRN Darlyne Fontes Virginio

Conselho Editorial André Luiz Calado de Araújo
 Dante Henrique Moura
 Jerônimo Pereira dos Santos
 José Yvan Pereira Leite
 Maria da Conceição de Almeida
 Samir Cristino de Souza
 Valdenildo Pedro da Silva

Todos os direitos reservados

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Anyelle Palhares – CRB 15/532

N244d Nascimento, Francyjonison Custodio do.
 Dos antros de pedra aos verdes prados. / Francyjonison Custodio do
 Nascimento. – Natal: Editora do IFRN, 2016.
 95 p. ; il.

ISBN: 978-85-8333-234-3

1. Geografia humana. 2. Geografia cultural. 3. Literatura. I. Título.

CDU 911.3

DIAGRAMAÇÃO E CAPA

Charles Bamam Medeiros de Souza

REVISÃO LINGUÍSTICA

Maria Clara Lemos

CONTATOS

Editora do IFRN
Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692, Tirol.
CEP: 59015-300
Natal-RN. Fone: (84) 4005-0763
Email: editora@ifrn.edu.br

Edição eletrônica: E-books IFRN
Prefixo editorial: 68066
Disponível para download em:
<http://memoria.ifrn.edu.br>

PREFÁCIO



Evaneide Maria de Melo

(Professora de Geografia do IFRN)

Geografia e Literatura dialogam? A resposta para essa questão é: sim, sobretudo, pelo viés da Nova Geografia Cultural que vem renovando a agenda de abordagem dos estudos geográficos; no âmbito internacional temos grandes linhas de pesquisa na Geografia Cultural, francesa, inglesa, portuguesa e americana e, no Brasil, temos o Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Espaço e Cultura – NEPEC/UERJ, com atuação desde 1993. O lugar que circunstancia e filia este livro é debitário da vasta e perene atuação que possibilita à Nova Geografia Cultural intensos diálogos intra-geográficos com outras áreas de saber, num ritmo polifônico.

O livro resulta da monografia de conclusão de curso em Geografia/Licenciatura Plena/IFRN, em que Francy-

Jonison Custodio do Nascimento se motivou na mobilização de entendimento da obra de J.R.R. Tolkien, *O Hobbit*, nos apresentando com a análise da categoria geográfica: o lugar; nesse clássico da literatura ficcional mundial, transitamos da morada do *hobbit* aos verdes prados num ritmo imaginante desvelando afetividades espaciais.

Ao longo do curso de graduação, o jovem estudante-escritor se embrenhou por diferentes prados e atravessou outros desertos, sendo que, na solidão da escrita, mobilizou o conceito de lugar exercitando uma experiência geográfica que diz de formas, representações e significados que manifestam geografias plurais na/da criação literária.

O livro é fundamental para encorajar outros alunos de graduação ao exercício acadêmico, para reconhecimento e valorização dos nossos talentos, alimentando a permanente produção científica do IFRN, num processo de autoconhecimento e valorização da nossa instituição.

Podem permanecer limites nessa obra, mas, enquanto repercutir essa escrita, haverá a perpetuação da inquietação que mobiliza o autor, a obra e a criação poética, assim me utilizo das falas do músico e escritor gaúcho, Humberto Gessinger (2012, página 127 – Nas entrelinhas do horizonte), e finalizo dizendo que

Foi o fim de uma viagem e o guia estava errado

Mas há estrelas atrás das nuvens no céu da pátria

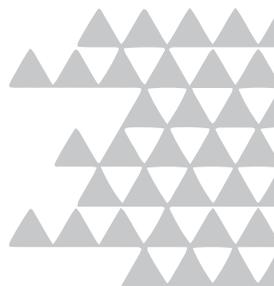
Neste instante há um porto escondido no coração do viajante

Boa leitura a todos!

SUMÁRIO



INTRODUÇÃO	7
J. R.R. TOLKIEN, EXCEÇÃO E EXCENTRICIDADE”: VIDA, OBRA E PENSAMENTOS DE UM FILÓLOGO DE ALMA GEOGRÁFICA	38
JOHN RONALD REUEL TOLKIEN: UM HOBBIT POR EXCELÊNCIA	39
SUB-CRIANDO: REPRESENTANDO O ESPAÇO EXPERIENCIADO	45
“NUMA TOCA NO CHÃO VIVIA UM HOBBIT”: INVESTIGANDO O LUGAR	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87





INTRODUÇÃO



A Geografia tem, no decorrer das décadas, aproximado cada vez mais suas abordagens de outras formas do saber como a Religião e a Arte. A abordagem cultural na Geografia, outrossim, preza por essa aproximação por pensar que toda compreensão dos aspectos geográficos é apreendida por palavras e/ou imagens, ou seja, por uma mediação cultural. Essa abordagem, na qual o homem foi colocado no centro, fez com que os geógrafos estudassem as atividades humanas; fazendo uma Geografia mais antropocêntrica – mas, ainda assim, uma Geografia – que valoriza a experiência, a subjetividade e os sentimentos humanos.

Nesse sentido, a Literatura ganhou e vem ganhando forças dentro dos estudos geográficos; renovando, assim, uma relação antiga. Contudo, essas investigações têm, de certo modo, privilegiado as ditas literaturas regionais, que enfatizam, dos pampas gaúchos ao sertão nordestino, o mundo rural e seus cenários ou o espaço citadino. Urge, então, investigar os conceitos analíticos da Geografia presentes em outras formas de literatura. Propõe-se, portanto, o estudo do lugar na literatura fantástica, considerando esta última – e todas as outras formas de literaturas – como representação do espaço e manifestação das experiências humanas, apesar de narrarem histórias de mundos insólitos; universos que diferem da realidade,

mas com fortes relações com ela. Para essa investigação, faz-se uso de “*O hobbit*” de J.R.R Tolkien.

Dentre os motivos que justificam a realização dessa pesquisa, há o reconhecimento da dimensão espacial da Literatura; o interesse em entender, ao ler um livro, como o texto trazia elementos geográficos (cenários geopolíticos, paisagens, relevo etc.). Com a obra de J.R.R. Tolkien – ou, simplesmente, Tolkien – não foi diferente. Além disso, a identificação com o autor e com sua obra é uma das razões dessa análise. O próprio enredo da estória, o estilo literário e o cultivo de valores como a honra, a amizade, a esperança, a exaltação das coisas simples imbuídas na narrativa também a justifica. Somam-se a isso as características de Tolkien, como o ideal da busca por um tempo e lugar que já não existe - ou, quem sabe, existirá -; a paixão pelos livros e a sua religiosidade.

Outra justificativa é a possibilidade e a pertinência de analisar, na pós-modernidade - um período em que, teoricamente, todas as coisas são consideradas efêmeras - relações com e no espaço que insistem em perdurar, o lugar. Usando, para isso, um livro que recentemente foi adaptado ao cinema, mas que teve sua criação no início do século XX, indo de encontro à padronização imposta pelas realidades da sociedade pós-industrial. A escolha de “*O hobbit*” é pertinente também, pois se trata de um livro de Fantasia, indo contra a ideia modernista de que apenas a razão pode nos munir de conhecimentos sobre o mundo. Assim, estudar livros de teor imaginário e com fortes comunhões emocionais na pós-modernidade é mais do que pertinente; é necessário.

Assim, o intento desse livro é analisar como a categoria lugar está inserida na obra “*O hobbit*”, à luz da Geografia

Cultural. Para alcançá-lo, buscou-se caracterizar e entender o lugar na obra, identificar os elementos da obra que elucidam a relação afetiva dos personagens na subjetivação dos espaços e relacionar o pensamento e a vida do autor à sua percepção de lugar a partir da obra. Tudo isso realizado sob a égide da hermenêutica, da interpretação. Assim, utilizou-se levantamento bibliográfico sobre a temática e biográfico de Tolkien assim como a análise de trechos da obra “*O hobbit*”.

Para melhor entendimento, é necessário discorrer sobre a obra. Esta, aliás, é um romance de fantasia, episódico e com narrador onisciente. O livro narra a estória de um hobbit chamado Bilbo Bolseiro, uma pequena criatura que é convidada por um mago, Gandalf, o Cinzento, para uma aventura numa comitiva que, além deles, continha 13 anões: Thorin, Dwalin, Balin, Bombur, Bifur, Bofur, Nori, Ori, Dori, Oin, Gloin, Fili e Kili. Bilbo, então, deveria deixar sua casa – uma toca hobbit – no tranquilo e bucólico Condado, região que fica a oeste da Terra-Média (um continente do mundo fantástico onde a história se passa).

Ao longo da jornada, ele é obrigado a atravessar rios, vales, florestas e montanhas até chegar em Erebor, a Montanha Solitária, a fétida e escura morada do Dragão Smaug que, por sua vez, guarda o tesouro da família dos anões que outrora tinha sido roubado pelo dragão. Bilbo, depois de roubar, juntamente com os anões, o tesouro e testemunhar uma guerra motivada pelo tesouro em Erebor, faz o caminho de volta para casa. Nessa viagem, Bilbo e os outros membros da comitiva passam por diversos lugares, conhecendo animais falantes e outras raças ha-

bitantes da Terra-Média, além de criar e manifestar afetividades para com o espaço vivenciado ao categorizá-los em perigosos e seguros.

Assim sendo, se reconhece a obra como portadora de uma dimensão espacial, como um texto geográfico. Diante disso, nota-se o sentimento pelo espaço vivenciado. Isso se manifesta na preferência dos personagens por áreas bucólicas e campestres, enquanto os espaços enegrecidos pela fumaça e rico em rochas são preteridos, causadores de horror. A hipótese que se busca desenvolver é que a Literatura Fantástica de Tolkien traz, em si, traços da realidade da Inglaterra pré-industrial, assim como elucida as suas experiências nesse contexto espaço-temporal, elucidando como a própria teoria literária de Tolkien possui um teor topofílico.

GRAFAR E GEOGRAFIZAR O AFETO: AS INTER-RELAÇÕES ENTRE A GEOGRAFIA E A LITERATURA

“É uma nova Geografia que se há de inventar, rompendo as divisórias entre disciplinas, com geógrafos abertos à literatura e à arte e homens de letra a par da Geografia. Descobrir o espaço, pensar o espaço, sonhar o espaço, criar o espaço...” (Armand Frémont)

Antes de qualquer discussão teórica sobre a interseção entre a Geografia e a Literatura, é preciso traçar alguns apontamentos sobre a Ciência Geográfica e, mais precisamente, sobre a Geografia Humanista e Cultural. Mas, assim como Gomes (2010), entende-se que é ne-

cessário, antes de discutir sobre a Geografia Humanista, compreender-se o que é Humanismo. Para ele, Humanismo é uma enorme diversidade de ideias e concepções das mais variadas ciências que se apresentam com o mesmo nome.

Na Geografia, essa corrente se caracteriza, na visão do autor, por um ecletismo, uma ausência de um programa unitário com a busca de referências variadas. Essa busca, entretanto, pode ocasionar propostas ambíguas e contradições no seio da ciência geográfica. Dessa forma, elucida Gomes (2010), existem vários humanismos. Estes são fundados sobre pressupostos divergentes, numa inexistência de unidade no que se refere ao plano filosófico-metodológico. Contudo, alerta o autor, há um movimento geral que é coerente e integrado.

Essa integração se revela no ponto de vista crítico em relação à ciência em sua forma institucionalizada. Para os geógrafos humanistas, explica Gomes (2010), a forma e o conteúdo da Geografia praticada, antes da década de 1970, eram inadequados devido “às explicações mecanicistas, deterministas, reducionistas, de uma geografia sem homem” (POCOCK, 1984 apud GOMES, 2010, p. 305).

Se havia consenso na crítica ao fazer da Geografia, na escolha de um novo modelo, porém, esse consenso não existia. O espaço, por exemplo, ganhou várias concepções ao mesmo tempo: resultado concreto de um processo histórico; uma construção simbólica que associa sentidos e ideias; entre outras concepções. O espaço, então, passou a ser visto como o espaço dos valores, da alienação, da distância existencial, do comportamento e do mundo vivido.

Desse modo, a Geografia Humanista herda as divisões advindas do humanismo e, também, suas características. Gomes (2010) aponta quatro características principais da Geografia humanista: a visão antropocêntrica do saber, a posição epistemológica holística, a visão do homem como produtor da cultura e a negação do método lógico-positivista.

A primeira delas, a visão antropocêntrica do saber, ocasiona a subjetividade do saber. Assim sendo, o espaço não pode ser compreendido através da objetivação de uma ciência racionalista, pois ele é sempre carregado de significações variadas e não se reduz a medidas numéricas. O espaço, aliás, é frequentemente substituído pela palavra “lugar”, evidenciando a concepção do espaço integrado com seus valores.

A segunda, a posição epistemológica holística, está baseada na visão da totalidade, a qual pensa que, partindo-se de uma visão antropocêntrica, a ação humana não pode se separar de seu contexto, seja ele social e/ou físico.

A terceira, por sua vez, está fundada na concepção que enxerga o homem como produtor da cultura – compreendida no sentido de atribuição de valores às coisas que cercam os homens. Esta última, assim, só pode ser interpretada a partir do código daqueles que a criaram e que enxerga a generalização e homogeneização como um condutor de uma relativa perda dos contextos particulares.

A quarta característica é de cunho metodológico e implica a negação do método lógico-positivista e analítico que trabalha com abstrações artificiais, bem como a bus-

ca por um procedimento que abarque os contextos próprios e específicos a cada fenômeno, a hermenêutica. O geógrafo, então, deve se colocar na posição de observador, alguém capaz de interpretar.

Além dessas quatro características, Gomes (2010) aborda pequenas nuances da Geografia Humanista. Ele cita a busca por um “apadrinhamento” no passado e a consequente escolha do nome de Eric Dardel. O autor aponta, ainda, a relação entre a arte e a ciência como uma última característica em comum para a maior parte dos geógrafos humanistas.

Assim sendo, a Arte é primordial, pois ela é agente nas interpretações das culturas em sua inscrição espacial, auxiliando o geógrafo a ser capaz de reunir o maior número de elementos no que se refere a valores e significações. Ou, nas palavras do autor, “aquilo que a ciência não chega reconhecer, devido aos limites impostos pelo método, a arte o consegue por um meio não-racional” (GOMES, 2010, p. 314).

Assim sendo, a Arte faria aquilo que a Ciência não conseguiria fazer: ser elemento de mediação entre a vida e o universo das representações. O autor ainda comenta que, apesar da invocação da palavra “arte”, a menina dos olhos dos geógrafos humanistas é, efetivamente, a arte literária. Seria, portanto, a Literatura o elo entre o universo simbólico e as interpretações geográficas.

Essas características – o antropocentrismo, o retorno às fontes da Geografia, a valorização da cultura e a refutação do racionalismo positivista – são inerentes ao discurso dos geógrafos alinhados à Geografia Humana (GOMES, 2010). Seguindo este mesmo raciocínio, o autor

alerta para as variedades de vertentes na Geografia Humana e para a questão da delicadeza na ação de efetuar uma divisão nesse campo devido à fluidez entre os limites entre as orientações, demarcados por linhas tênues.

Apesar disso, Gomes (2010) esboça uma divisão da Geografia Humana em duas matrizes, ao invés de tendências particulares. São elas: o estudo do espaço vivido e a abordagem fenomenológica da Geografia. A primeira delas é fundada no Psicologismo cultural e pela semiologia. Iniciada na França, essa tendência se baseou na bibliografia da Escola Francesa de Geografia assim como nos seus suportes, principalmente em Paul Vidal La Blache e Pierre Deffontaines. Ademais, essa matriz se voltou para as redes de valores e de significações materiais e afetivas, partindo da singularidade e individualidade dos espaços estudados. Contudo, sua crítica à visão racionalista não propunha o fim desta última.

No que se refere à sua relação com a Psicologia, o estudo do espaço vivido rejeita o Behaviorismo e seu esquema de estímulos e respostas. Ela, todavia, valoriza a Psicologia Genética e a Psicanálise, pois o humanismo, que contextualiza todas as coisas a partir da cultura, é obrigado, também, a interrogar-se sobre a natureza dos fenômenos da personalidade e do comportamento (GOMES, 2010, p. 321).

Assim sendo, o estudo do espaço vivido, na Geografia Humanista, investiga as representações de ordem simbóli-

ca que, por sua vez, são basilares para uma atitude e uma concepção em relação a um espaço de referência. Essa atitude e essa concepção não estão vinculadas à racionalidade e deriva daí o uso do método de interpretação.

A segunda matriz abordada por Gomes (2010), a abordagem fenomenológica, possui inúmeras características similares à primeira matriz, o estudo do espaço vivido. Entre essas semelhanças está a revalorização do lugar como conceito-chave. Contudo, há algumas diferenças e a principal dela é a busca por uma legitimidade que, por sua vez, se exprime pela labuta de colocar, lado a lado, o discurso geográfico e as bases da fenomenologia.

O início dessa labuta se dá, segundo Gomes (2010), primeiramente, através dos geógrafos Yi-Fu Tuan e Edward Relph, durante os anos de 1970, apesar dos estudos de Carl Sauer que não utilizava o termo fenomenologia. Aqueles, partindo da crítica da ciência objetiva, reconfiguraram a Geografia, dando a ela uma nova dimensão por meio da perspectiva fenomenológica e focalizando a utilidade do fato cultural, assim como a experiência.

Carl Sauer é lembrado como precursor de uma matriz geográfica apenas quando os estudos se voltam para o termo Geografia Cultural. Para Berdoulay (2012), foi esse geógrafo norte-americano, juntamente com o movimento denominado “Escola de Berkeley”, o primeiro a ter peso no que concerne a ideia de Geografia Cultural. Numa resposta à Geografia Humana produzida pela Universidade de Chicago, Sauer, por volta de 1925, procurava promover uma Geografia Humana que não se perdesse no economismo e, tampouco, no determinismo ambiental. Assim, ele insistia no “papel do homem, seus valores, atitudes e cren-

ças na modificação do espaço terrestre [...]” (BERDOULAY, 2012, p. 107).

Dessa forma, Carl Sauer e seus alunos abriram as portas da Geografia para uma variedade de temas, além de impulsionarem a abordagem humanista na Geografia. Contudo, eles foram criticados por não aderirem a uma teoria particular de cultura.

Essa crítica, porém, não tolheu a Geografia que nasceu com a Escola de Berkeley; pelo contrário, ela ganhou campo com a pós-modernidade, tanto com os neomarxistas e suas vozes contra hegemônicas, quanto com os que se definem participantes de uma “abordagem cultural da Geografia”. McDowell (1996), inclusive, trata sobre três conjuntos de abordagem da Geografia Cultural, a saber: a já mencionada Escola de Berkeley; a ordem simbólica da metrópole e, por fim, a Escola de Paisagismo.

A Escola de Berkeley, pois, trabalhava com a etnografia e enfatizava a descrição de artefatos culturais, mas enxergava a sua produção de forma neutra. Ela, ainda, elegeu a paisagem como categoria central da Geografia.

A segunda abordagem, ordem simbólica da metrópole, também é chamada de Materialismo Cultural. Ela é considerada uma das abordagens que surgiram após os anos de 1960, no contexto da associação de economias, forte industrialização e conseqüente urbanização. Isso incentivou, segundo McDowell (1996), os geógrafos culturais a volverem o olhar para a cidade, apesar do saudosismo da vida rural. Um dos seus expoentes é Raymond Williams.

A terceira abordagem, por sua vez, foi realizada pela escola do paisagismo. Assim como a Escola de Berkeley, ela escolheu a paisagem como categoria-chave. Des-

se modo, ela possui uma 'essência' mais voltada para a Geografia quando comparada ao Materialismo Cultural. Apesar dessa divergência, ambas possuem o contexto dos anos 1960 como início de suas discussões, num período de grandes tensões políticas no qual se constatou que os conhecimentos podem ser contestados.

Ademais, a Escola do Paisagismo tratava de artefatos culturais e de análises das paisagens na cidade. Essa escola, diferentemente da Escola de Berkeley, não considerava a paisagem como neutra. Essa última abordagem investigava, ainda, como as relações de poder interferiam na paisagem. O mesmo se pode dizer do Materialismo Cultural que utiliza conceitos como hegemonia, dominação e ideologia na perspectiva marxista. A Escola do Paisagismo se destaca, ainda, por utilizar a teoria literária, a semiótica e a teoria do discurso. Assim, ela pode estudar o espaço em filmes, livros e outros artefatos, em contraposição da primeira escola que estudava, apenas, as civilizações tidas como arcaicas.

Assim sendo, a Geografia Cultural foi se desenvolvendo e ganhando adeptos e, a partir da década de 1990, se difundiu na França, Inglaterra, Brasil, Espanha, Itália, Alemanha e continua a crescer, conforme nos indica Berdoulay (2012). No entanto, para Zanatta (2008), a introdução do termo “cultura” na Geografia é mais antiga que as intervenções de Carl Sauer. Para ela, essa introdução deve-se a Friedrich Ratzel, um geógrafo alemão do século XIX, e suas análises, apoiadas na etnografia, sobre os fundamentos culturais da diversidade das repartições dos homens e das civilizações. O fato que ocasionou o esquecimento do nome de Ratzel deve-se, na visão de Za-

natta (2008), aos seus seguidores que negligenciaram os estudos culturais desse geógrafo alemão.

Dessa forma, a cultura e suas implicações geográficas não nascem no século XX com a Escola de Berkeley, mas tem sua gênese imbricada com a sistematização da Geografia enquanto ciência. Assim sendo, se essa sistematização provocou embates teóricos entre a Geografia de origem alemã e a de origem francesa, com a Geografia Cultural não foi diferente. Se Ratzel deu o pontapé inicial para as discussões geográficas sobre cultura, Vidal de La Blache deu seguimento a essas discussões pela Geografia Francesa.

Apesar das divergências entre Vidal e Ratzel, como os conceitos centrais da Geografia e a utilização da Geografia pela política, ambos tinham a mesma visão no que concerne ao entendimento do papel da cultura, que se interpõe entre o homem e o meio natural.

Para Zanatta (2008), as similaridades entre a Geografia Francesa e a Alemã não acabam por aí. Ambas as correntes convergiam ao mesmo ponto ao possuir a paisagem como um dos primeiros temas desenvolvidos na perspectiva cultural. Nessa perspectiva, então,

era privilegiada a análise morfológica da paisagem, sendo a cultura apreendida através da análise das técnicas, dos utensílios e das transformações das paisagens, ou seja, dos aspectos materiais, utilizados pelo homem de forma a modificar o ambiente natural visando a torná-lo mais produtivo. (ZANATTA, 2008, p. 5).

Esse tipo de abordagem, porém, não conseguiu dar à cultura o seu devido lugar nas discussões geográficas por possuir uma postura positivista. Nota-se, portanto, o porquê do esquecimento ou da simples recusa de citar as duas primeiras escolas da Geografia como precursoras da abordagem cultural na Geografia, omitindo ou ignorando que essa última é anterior à influência do Humanismo na Geografia.

Dessa forma, entende-se que, na década de 1970, o que ocorre não é o nascimento da Geografia Cultural, mas, sim, um processo de recuperação da abordagem cultural na Geografia. Houve, pois, uma reviravolta no pensamento geográfico e, conseqüentemente, na sua abordagem cultural, pois

não se tratava mais de estudar a diversidade cultural com base nos seus conteúdos materiais, mas de admitir que a cultura está intimamente ligada ao sistema de representações, de significados, de valores que criam uma identidade que se manifesta mediante construções compartilhadas socialmente e expressas espacialmente, ou seja, de admitir que a cultura no seu sentido antropológico mais amplo representa todo o modo de vida de uma sociedade, o que não inclui somente a produção de objetos materiais, mas um sistema cultural (valores morais, éticos, hábitos e significados expressos nas práticas sociais), um sistema simbólico (mitos e ritos unificadores) e um sistema imaginário, que serve de liame aos dois últimos, constituindo-se no locus da construção da identidade espacial de um grupo. (ZANATTA, 2008, p. 6).

Dessa maneira, Zanatta (2008), assim como McDowell (1996), situa essa mudança no pós-anos 1960, diante da afirmativa de que o Positivismo não explicava mais a realidade frente a diversidade social e cultural, assim como das novas estratégias da economia mundial. Só a partir de então que, segunda a autora, o Humanismo e a abordagem cultural da Geografia passam a andar de mãos dadas, devido a recolocação do homem no centro das preocupações dos geógrafos culturais e a consequente abertura de novos horizontes para a análise da dimensão geográfica da cultura.

Zanatta (2008) entra, novamente, em consonância com McDowell (1996) ao afirmar que, além do Humanismo, o Marxismo e as filosofias do significado também colaboraram com a renovação da abordagem cultural. Com esse novo olhar, ocorrem a reelaboração dos conceitos geográficos, a ressignificação e ampliação dos temas da abordagem cultural, assim como a dinâmica de sua renovação. A abordagem cultural da Geografia, portanto, ganha a delineação que possui atualmente.

Feitas essas considerações sobre a Geografia Humanista e Cultural, parte-se, efetivamente, para a discussão sobre os entrelaces entre a Ciência Geográfica e a Arte literária.

A INTERSEÇÃO ENTRE GEOGRAFIA E LITERATURA: POR UMA GEOGRAFIA DA ARTE

Para analisar a relação entre a Geografia e a Literatura, é necessário compreender que se trata de uma ligação antiga, porém não central. Atualmente, são inúmeros

os estudos sobre obras literárias, a exemplo de Monteiro (2002); Pinheiro e Silva (2004); Marandola (2010), bem com os seus usos na Geografia, mas nem sempre foi assim. Diante disso, apresenta-se, inicialmente, um pequeno panorama histórico – não necessariamente linear – dessa relação.

A princípio, essa relação era pontual e marginalizada. Para Brosseau (2007), as primeiras insinuações para a concretização dessa relação remontam do início do século XX, quando geógrafos recomendavam a leitura de romances como complemento de análises geográficas. Nesse período, a Literatura era uma “muleta” para um caminho já traçado; um apoio para as pesquisas geográficas existentes. Ela serviria, apenas, para confirmar os dados já pesquisados.

Nesse período, a Literatura ainda não era vista como uma fonte de estudos ou um novo campo de análises; pelo contrário, havia quem questionava o seu uso nos estudos do espaço. Foi somente a partir dos anos de 1970 que a Literatura ganhou forças na Geografia. Isso se deve, na visão de Brosseau (2007), ao fim da hegemonia do Positivismo como principal corrente filosófica e, conseqüentemente, do fim da dominação da Geografia Quantitativa, ambas coadunadas a emersão da Geografia Humanista. A Literatura passou, então, a

servir de fonte preciosa, capaz de avaliar a originalidade e a personalidade dos lugares (sense of place) e fornecer exemplos eloquentes de apreciação pessoal de paisagens. (BROSSEAU, 2007, p. 20)

Isso evidencia algo digno de atenção: desde o princípio, o uso da Literatura na Geografia privilegiou a análise do lugar. O mesmo autor comenta que, desde a primeira década do século XX, há recomendações sobre o estudo do lugar que tivessem a poesia e a Literatura de ficção como objetos. Não obstante isso, a inserção da Literatura como fonte do interesse dos geógrafos cresceu gradualmente e, até o fim da década de 1980, o número de produções na área aumentou consideravelmente e houve o estabelecimento da relação Geografia-Literatura de forma mais aguda. Apesar do enfoque no espaço vivido, essa relação se envereda em quase todos os campos da Geografia, encaixa nos mais diversos enfoques e não pretere as demais categorias de análise. Nesse sentido, Brosseau (2007) evidencia como foram pensados os tipos de relações que a Geografia pode manter – ou já manteve – com a Literatura ao categorizá-las em quatro vertentes, a saber: a de teor regional, a marxista, a humanista e uma última que não possui uma configuração única.

A priori, o referido autor discute sobre a produção inglesa que utilizou romances no âmbito da Geografia Regional de origem francesa; assim sendo, colocava-se em questão a capacidade do autor de reproduzir de forma objetiva as paisagens e os lugares. Além da produção inglesa, o autor comenta, outrossim, as produções canadenses e francesas. Para Brosseau (2007), todas essas produções tinham um ponto em comum: uma leitura literal das paisagens literárias. Essas produções, entretanto, não eram as únicas vertentes de leitura literal do espaço.

Uma outra vertente concebia o romance como testemunha, uma espécie de porta-voz de seus personagens;

o escritor, portanto, escrevia sobre valores, atitudes e conflitos de uma pessoa numa determinada localidade geográfica. Ainda, Brosseau (2007) afirma que se trataria de um realismo subjetivo coletivo. Diante disso, o autor comenta como, no século XIX, surgiu um favorecimento a essa literatura realista em detrimento da ficção. Tal acontecimento se devia à postura influenciada pela história literária que ansiava descobrir se os romancistas eram fidedignos aos acontecimentos de uma época ou, por outro lado, procurava-se uma informação não mais acessível.

Com o surgimento e crescimento da Geografia Humanista, as análises espaciais quantitativas perderam lugar diante da intenção dos geógrafos de valorizar a subjetividade e a experiência do homem com o espaço. Assim sendo,

valores, representações, intenções, subjetividade, identidade, enraizamento, experiência concreta e percepção eram noções mobilizadas para situar o sujeito no centro das preocupações dos geógrafos em suas reflexões sobre as relações homem-lugar. [...] Nessa promoção de uma geografia egocentrada, buscando reverter a ideia de um sujeito limitado à sua simples razão instrumental, esses geógrafos contribuíram necessariamente para promover as pesquisas sobre a literatura. (BROSSEAU, 2007, p. 29)

Desse modo, a relação entre a Geografia e a Literatura, sob a égide de uma Geografia mais antropocêntrica,

deixou de ser tímida e teve um crescimento vertiginoso. Isso ocasionou o reconhecimento da tese sobre a importância dos aspectos não-quantificáveis da relação do homem com o mundo. Desse modo, a primeira manifestação da relação Geografia Humanista-Literatura, para Brosseau (2007), é a aquela que concebia a narrativa literária como a transcrição de uma experiência concreta e resultado de uma ação perceptual. Essa vertente, assim como as anteriores, enxergava os romances realistas do século XIX como o material privilegiado e, por isso, Brosseau (2007) a denomina de concepção mimética – a Literatura como reflexo da realidade. Porém, nessa última vertente, o dito realismo deixaria de ser unicamente a representação de um mundo e passa a ser visto como uma leitura subjetiva, unindo a objetividade e subjetividade.

Ainda sob a perspectiva de Brosseau (2007), pode-se constatar que, após esses estudos, os geógrafos começaram a se preocupar com a linguagem: seria aquilo registrado fiel a realidade? Não poderia haver simbolismo? Deve-se ficar preso a leitura realista? Assim sendo, percebeu-se a ausência de abordagens e considerações linguísticas e discursivas na relação entre a Geografia e a Literatura nas vertentes supracitadas. Ademais, Brosseau (2007) reconhece os geógrafos humanistas como filhos de seu tempo ao argumentar que estes tinham, ao negar a Nova Geografia, sua visão do homem reduzida a características quantificáveis, assim como a Geografia Radical e sua visão materialista do homem, supervalorizado o papel do sujeito ao focar a consciência, os valores e tudo aquilo que uma leitura subjetiva pode proporcionar. Com isso, os geógrafos humanistas esqueceram-se de investigar o contexto social da obra.

A vertente que, de certa forma, incluiu as preocupações sociais na Geografia em geral e, conseqüentemente, nos estudos sobre a relação dessa ciência com a Arte literária foi a vertente marxista. Os marxistas e a Geografia Radical surgem, assim como a Geografia Humanista, num movimento de crítica à Geografia Quantitativa. Eles “procuraram na literatura um meio de demonstrar aquilo que a realidade poderia ou deveria ser” (BROSSEAU, 2007, p. 47). Dessa forma, a Literatura serviria como oposição de uma realidade posta e, geralmente, contra hegemônica; então, os estudos eram, sobretudo, associados à movimentos como feminismo, separatismo, nacionalismo antifascista, etc. Essa vertente foi responsável por poucas publicações e desempenhou o papel de tecer críticas no arcabouço teórico das contribuições humanistas, apesar de fazer poucas autocríticas. Assim sendo, ela sofreu críticas exteriores por diversos motivos, mas um em especial ganha evidência: o fato de considerar o contexto sociopolítico mais pertinente que o próprio texto.

Uma quarta vertente possui a delineação diferente das demais. Ela “não busca integrar a literatura a um programa ideológico ou epistemológico exato da geografia; em vez disso, procura estabelecer paralelos entre suas respectivas histórias” (BROSSEAU, 2007, p. 57). Nesse período, estudos se focalizaram nas obras e na Geografia do século XVIII, registrando o que ficou conhecido como romance geográfico, assim como voltaram os olhares para uma leitura cruzada de movimentos epistemológicos da geografia – o *Possibilismo* Geográfico, por exemplo – e da Literatura, evidenciando como cada um interferia no outro.

Brosseau (2007), então, resume essas vertentes ao caracterizar todos os seus trabalhos numa visão instrumental da Literatura, ou seja, a pertinência dessa última precisa ser procurada fora dela; a Literatura, então, serviria como um meio para as causas de cada movimento. Desse modo,

para uns, a literatura serve como fonte de informações; para outros, serve para colocar o homem no centro das preocupações; ou, ainda, para criticar o status quo, tendo em vista uma melhor justiça social. (BROSSEAU, 2007, p. 47).

Assim, apesar dessas diferenças, todas as vertentes procuravam, na Literatura, a confirmação de suas teses. Diante disso, para além dessas quatro vertentes, o autor aborda uma nova forma de diálogo entre a Geografia e a Literatura. Segundo ele, no século XX, alguns geógrafos volveram seus olhares e pensamentos a teorias linguísticas ou semióticas, bem como para a filosofia da linguagem. O encontro da Geografia com a Literatura passou a ser feito, portanto, no campo da linguagem e da escritura. Outro ponto marcante dessa nova forma de diálogo era o reconhecimento da incompatibilidade entre a Geografia Humanista e a Literatura moderna do século XX. Esta última não traduzia, necessariamente, uma experiência, mas seus fragmentos no tempo e no espaço.

Essas novas abordagens, no entendimento de Brosseau (2007), enxergavam a Literatura moderna não como uma nova experiência com o espaço, mas, sim, uma nova

maneira de escrever e, conseqüentemente, um novo jeito de ler. Em decorrência disso, os estudiosos ligados a Geografia Cultural procuraram envolver, nas suas pesquisas, as relações entre a obra, o autor e o contexto cultural no qual os dois primeiros estavam inseridos.

Feitas essas considerações sobre as vertentes da ligação Geografia-Literatura, parte-se, então, para discussões de caráter mais metodológico e epistemológico: como deve ser construída a relação entre a Geografia e a Literatura?; há modelos preconizados para essa construção?; a que base pode-se recorrer para a efetivação desse diálogo? Todas essas perguntas não serão respondidas neste trabalho, mas elas servem de norte e, de certa forma, agem como um trampolim, como uma catapulta que lança em direção a uma discussão mais aprofundada sobre o objeto em questão: a interseção entre a Literatura e a Geografia.

Antes de tudo, é preciso partir de uma premissa: a relação entre a Geografia e Literatura é um diálogo, não um monólogo. Não se pode conceber uma relação de via única, com um único sujeito. Há de existir uma vontade por parte do geógrafo de reconhecer o outro enquanto outro; uma vontade permanente de recusar uma visão que torna o outro sujeito num objeto. Nesse sentido, tanto o geógrafo quanto a obra literária devem ser enxergados como sujeitos. E entender esta última

como sujeito, como 'totalidade', não significa dizer que ele é impermeável para nós, e sim que ele tem uma maneira própria (e isso pode ser verdadeiro para cada romance particular) de produzir sentido, uma coerência de senti-

do que resiste aos mais sutis esforços do analista para transformá-lo em objeto. (BROSSEAU, 2007, p. 90)

É reconhecendo essa maneira de produzir sentido que o geógrafo deve se relacionar com a obra; é sabendo que a obra vislumbra o sentido da existência, procura a essência do ser, o ontológico. A obra de Literatura, pois, se envereda numa exploração sobre os mais diversos aspectos da existência e nessa busca finda por recorrer ao espaço “e nessa busca também conhecemos algo de novo sobre o espaço e os lugares do homem” (BROSSEAU, 2007, p. 94). Isto é, a preocupação inicial da obra não é nos revelar como é o espaço. Aliás, essa não é (e dificilmente será) sua missão, seu objetivo.

O espaço – ou qualquer outra categoria de análise da Geografia – ao estar inserido numa literatura é, indubitavelmente, antropocêntrico e está presente na obra para nos munir de mais informações de caráter ontológico; contudo, ao descobrir mais sobre o homem, conhece-se, também, sobre o espaço que o circunda. É por isso que Brosseau (2007) chama o geógrafo de “descobridor de descobertas”, pois o seu papel seria fazer descobertas geográficas no contexto de uma descoberta existencial realizada pela obra. Outro ponto interessante que deve ser inserido nessa preocupação inicial é o fato que a Literatura, além de não se preocupar diretamente com o espaço, não é a representação literal deste.

Sendo assim, o espaço presente na obra literária não corresponde, exatamente, ao espaço real; o que a obra apresenta é representação do espaço e não sua corres-

pondência literal. Por mais que essa seja a tentativa do autor, ele não conseguirá fazer isso de forma plena. Isso acontece porque a obra literária, por ser uma representação, é uma verdade parcial, uma visão fragmentada da realidade. Ela é, necessariamente, produzida por alguém que possui um ponto de vista, uma cosmovisão. O espaço, portanto, se insere na obra – ou é inserido – de acordo com a ótica e as vivências do autor.

Além disso, toda a prática de representar está inserida num contexto social, econômico e cultural maior que o autor, um contexto que o engloba; este último, por sua vez, se relaciona com esse contexto de modo plural e essa pluralidade ganha uma dimensão maior quando decide-se investigar o contexto não apenas do autor, mas, também, do leitor-analista da obra. Apesar de reconhecer a necessidade dessa última investigação, o trabalho em tela contemplará, apenas, a relação do autor com seu contexto histórico-social assim como sua visão de mundo.

Definido, assim, o ponto de partida de um geógrafo ao analisar uma obra literária através do diálogo, é necessário assumi-lo no decorrer de todo o estudo. Portanto, apesar do reconhecimento da visão parcial de uma experiência espacial e sua presença na Literatura, a sua valorização está imbuída no processo de construção desse trabalho.

Depois de definir um ponto de partida, é vital, pois, traçar caminhos para a efetivação da análise geográfica de uma obra literária. Não se pretende, portanto, criar caminhos nunca antes trilhados; pelo contrário, a ideia é se apoiar naqueles que já se enveredaram por essas trilhas, redescobrimdo “o caminho das pedras” ao evitar

os erros metodológicos já cometidos. Nesse sentido, urge verificar os encaminhamentos daqueles geógrafos que já fizeram essa trilha e analisaram obras sob uma perspectiva geográfica.

Ao seguir essa trilha, pois, constata-se que a metodologia utilizada pela maioria dos geógrafos brasileiros que se empenharam em estudar a interseção entre a Literatura e a Geografia está calcada na hermenêutica do texto. Esta última, no contexto da abordagem cultural da Geografia,

foi reconhecida como método eficaz de interpretação, à medida que permite levar em conta os contextos próprios e específicos de cada fenômeno. Para desenvolvê-lo, o geógrafo deve assumir a posição de observador capaz de interpretar o jogo complexo das analogias, valores, representações e identidades que caracterizam a atividade humana exercida espacialmente. Por meio da compreensão, é possível alcançar uma significação, revelar a essência dos fatos que representam experiências vividas. (ZANATTA, 2008, p.7)

Isto é, eles fizeram uma escolha acurada de trechos da obra que remetiam às experiências espaciais e uma consequente leitura analítica do texto, enfocando a temática e/ou o conceito que julgaram pertinente.

A trilha escolhida para a efetivação da análise da obra literária de cunho geográfico, assim como o seu ponto de partida, não nos impossibilita de ter as lógicas de pro-

dução ou movimentos ideológicos inseridos na Literatura como objetos de estudo, mas nos impulsiona a remeter o homem e os espaços que o rodeiam bem como a relação de afetividade com esses últimos nos estudos geográficos. O lugar, então, como já elucidado timidamente no início do capítulo, ganha espaço nesse tipo de estudo. Necessita-se, pois, discutir acerca dos conceitos de lugar e apontar aquele que será utilizado no estudo em tela.

O LUGAR: OS CAMINHOS JÁ TRAÇADOS E OS NOVOS ITINERÁRIOS

O conceito de lugar ou, pelo menos, a evocação de seu termo é, relativamente, antiga e, segundo Gomes (1995), é anterior ao conceito de espaço. Esse conceito remonta à Grécia Antiga e era compreendido no sentido estrito de localização; a noção de lugar era, pois, a noção de localização das coisas. Gomes (1995) pontua que de Aristóteles, na Antiguidade, até Newton com suas ideias ligadas a Física, no século XVII, essa concepção restrita permaneceu com pequenas diferenciações. Isso proporcionou a este conceito um enfoque secundário na Geografia, ele teria sido preterido diante de outros conceitos como paisagem, território e o próprio espaço.

Não obstante, o lugar foi reconfigurado na Geografia Moderna e é considerado conceito fundamental no estudo da Ciência Geográfica. Nessa nova configuração, o conceito estava, inicialmente, vinculado ao conceito de região e foi utilizado por geógrafos como Vidal de La Blache e Carl Sauer, apesar do pouco aprofundamento teórico por parte destes últimos. Essa ênfase veio através de um

esforço de recuperação do conceito durante a década de 1970. Os responsáveis por esse esforço foram, para Ferreira (2000), os estudiosos ligados à Geografia Humanista que, por sua vez, tinha uma base filosófica na Fenomenologia e no Existencialismo. Aqueles fizeram, pois, do conceito de lugar seu conceito-chave.

Nos anos 1980, o interesse pelo conceito de lugar extrapolava os círculos dos geógrafos humanistas e ganhavam espaço nas discussões dos geógrafos econômicos de fundamentação marxista. Ambos os movimentos, surgidos em oposição ao Positivismo, até hoje voltam sua atenção ao lugar. Há, também, um número raro, porém crescente, de geógrafos que tentam fazer uma síntese dessas duas concepções (FEREIRA, 2000). O autor, ainda, comenta como se processou o desenvolvimento desse conceito na Geografia Humanista; para ele, o primeiro autor que abordou o lugar com enfoque antropocêntrico foi um geógrafo canadense, Edward Relph. Ele teria, então, analisado o lugar a partir de experiências diretas com o mundo e a consciência que as pessoas possuem acerca desse mundo.

Posteriormente, o próprio Relph relaciona o lugar à noções intersubjetivas, ou seja, às visões sociais daquele espaço, reforçando a ligação com a identidade. A geógrafa Anne Buttimer é outro expoente da Geografia Humanista e suas ideias de “horizonte de alcance” e “lar” ganharam destaque na produção geográfica, sobretudo no estudo do que Relph denominou deslugares. Ferreira (2000), ao elucidar esses conceitos, explica que, para Relph, o lugar parece se dissolver e se transformar em deslugares, devido a inúmeros fatores, entre eles a globalização e sua consequente padronização. Para Buttimer, continua expli-

cando Ferreira (2000), o deslocar é questão de cosmovisão do grupo (ou indivíduo) estudado; para alguns, um espaço pode se destituir de afetividade enquanto, para outros, o mesmo espaço pode ganhar ou continuar sendo, afetivamente, importante.

Outro nome citado por Ferreira (2000) é do geógrafo sino-americano Yi-Fu Tuan. Esse último valoriza a primeira ideia de Relph ao acrescentar ao conceito de lugar, uma noção de valor que só pode ser adquirida através da experiência com o espaço. Tuan, ainda, separa os conceitos de espaço e lugar e trabalha a questão de escala desse conceito.

Feitos esses apontamentos, dar-se-á, pois, um enfoque mais acurado sobre o conceito de lugar e as pesquisas do último autor citado, Yi-Fu Tuan. Para Holzer (2003), Tuan, no final dos anos 1960 e início dos 1970, dedicava-se a dois campos de pesquisa, a saber: a pesquisa das atitudes do homem em relação ao ambiente e a investigação sobre conceitos espaciais que fossem mais adequados do que o de paisagem. Sendo esse último mais permeado por características subjetivas e antropocêntricas, adequando-se ao aporte filosófico fenomenológico, o qual é mais utilizado pela Geografia Cultural.

Entre as contribuições de Tuan está o livro *Topofilia*, editado, primeiramente, em 1974. Nesse livro, o autor aborda a temática da percepção do homem em relação ao meio ambiente e desenvolve um conceito e o nomeia com título do livro, *Topofilia*. A palavra “topofilia” seria, então, “um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o ambiente material.” (TUAN, 2012, p. 136).

Etimologicamente, *topofilia* significa “o amor por um lugar”, e possui um antônimo: *topofobia*. Este último seria a “aversão pelos lugares”. O medo e a afeição por uma localidade são, portanto, indissociáveis a uma experiência com ela. Esses sentimentos acabam por delinear uma hierarquização dos lugares, e é essa a concepção que Tuan (2012) quer imbuir nos termos *topofilia* e *topofobia*: sentimento. Sentimento este surgido através da experiência, despertado pelo espaço outrora apropriado, o espaço da convivência.

Dessa forma, Tuan (1983) traça uma relação entre espaço e lugar. Para ele, “o lugar é a segurança e o espaço é liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro” (TUAN, 1983, p. 3). Assim sendo, o espaço é um conceito abstrato enquanto o lugar é o espaço transformado à medida que é conhecido e, conseqüentemente, valorizado. O lugar é, pois, o espaço familiarizado. O autor, portanto, decreta a *indissociabilidade entre o lugar e o espaço ao se remeter ao segundo enquanto conceitualiza o primeiro*.

Se referindo, ainda, ao lugar, Tuan (1983) faz alguns apontamentos a fim de conceitualizá-lo. Um dos primeiros apontamentos é a identificação do lugar enquanto pausa. O lugar é uma pausa no movimento da dinamicidade no espaço aberto e essa pausa permite que uma localidade se torne um centro de valor. De fato, é necessário tempo para se ter um julgamento de um espaço ou para que ele se torne familiar. Tuan (1983) aborda essa ques-

tão ao discutir o tempo no espaço experiencial, contudo, para ele, são mais importantes a intensidade e a qualidade de uma experiência do que o seu tempo. Não é, pois, o tempo de uma experiência que transforma o espaço em lugar, mas o quão intensa foi essa experiência.

Nesse mesmo sentido, Tuan (1983) concebe o lugar como um conceito estático, pois se entendêssemos o mundo como processo, em constante mudança, não seríamos capazes de desenvolver nenhum sentido de lugar, não teríamos o momento de pausa. Por isso, o lugar é um mundo de significado organizado.

Tuan, ainda, reitera a importância do fator tempo assim como assinala a utilização dos sentidos para concretização de um lugar, pois este

se faz de experiências, em sua maior parte fugazes e pouco dramáticas, repetidas dia após dia e através dos anos. É uma mistura singular de vistas, sons e cheiros, uma harmonia ímpar de ritmos naturais e artificiais, como a hora do sol nascer e se pôr, de trabalhar e brincar. (TUAN, 1983, p. 203).

Desse modo, a visão do referido autor de lugar como espaço vivido, fruto de um conjunto de experiências que geram um sentimento, um valor. Consequentemente, o lugar não é objetivo, mas resultado do subjetivismo daquele que realiza a experiência. Isso acontece porque as

percepções desse indivíduo são, igualmente, subjetivas. É por esse motivo, outrossim, que o lugar não tem escala ou, em outras palavras, possui muitas escalas.

Para Tuan (1983), o lugar existe em várias escalas, pois “em um extremo, uma poltrona preferida é um lugar; em outro extremo, toda a terra” (TUAN, 1983, p.165). Ele, portanto, vislumbra o lugar nas relações experienciais sem levar em consideração a porção deste espaço experienciado. Barcherlad (1984) possui a mesma visão, mas coloca isso de forma diferente. Se para Tuan existe uma variedade de escalas para o lugar, para o filósofo francês o lugar não tem escala. Ele pode ser uma casa, um apartamento, bairro ou um país.

O lugar, no entendimento dos geógrafos humanistas, possui estreitas relações com o conceito de espaço, mas essa ligação se estende para outros conceitos como, por exemplo, a paisagem. Para Meinig (2000), essa última pode ser analisada sob várias perspectivas, incluindo a paisagem como lugar. Para ele, nessa concepção, a paisagem é uma localidade. A paisagem como lugar é entendida, pois,

como ambiente, que abrange tudo que vivenciamos e que, como consequência, faz com que o observador cultive a sensibilidade para o detalhe, para a textura, a cor, todas as nuances das relações visuais, e mais, porque o ambiente ocupa todos os sentidos, também os sons e odores e um inefável sentido de lugar como algo proveitoso. (MEINIG, 2000, p. 44)

Desse modo, Meinig (2000), ao apontar uma estreita relação entre lugar e paisagem, categoriza essa última dentro de uma concepção fenomenológica, fundamentada nos sentidos e na experiência. A paisagem, então, evocaria o lugar; a visão seria o sentido que constituiria um lugar, isto é, a visão mediaria a relação de afetividade. Diante do que foi exposto, concebe-se, pois, o lugar como sendo o espaço permeado e imbuído pelo sentimento – sobretudo pelo afeto –, que é gerado através de experiência.

Após essas considerações sobre a categoria espacial de lugar, parte-se para uma breve explanação sobre a obra a ser analisada e o seu autor. Faz-se isso reconhecendo que “para se conhecer o mundo vivido é necessário o conhecimento de seus atores, de suas práticas, representações e imaginário espacial” (FERREIRA, 2000). Dessa forma, para melhor entender como o lugar se manifesta no livro “*O hobbit*”, é preciso conhecer seu autor, John Ronald Reuel Tolkien – sua obra, sua biografia e sua cosmovisão.

“J. R.R. TOLKIEN, EXCEÇÃO E EXCENTRICIDADE”: VIDA, OBRA E PENSAMENTOS DE UM FILÓLOGO DE ALMA GEOGRÁFICA



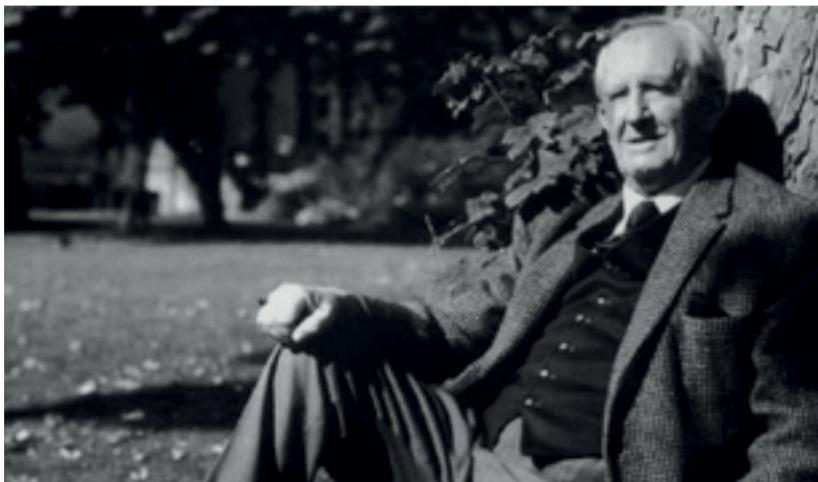
"Sou de fato um Hobbit (em tudo, exceto no tamanho). Gosto de jardins, de árvores e de terras aráveis não-mecanizadas; fumo um cachimbo e gosto de uma boa comida simples (não-refrigerada), mas detesto a culinária francesa; gosto de, e ainda ousou vestir nestes dias sem brilho, coletes ornamentais". (J.R.R. Tolkien)

Não se pode, como já elucidado, separar a obra literária e o homem, tampouco se pode dissociar ambos do espaço existencial deste último, representado na obra. Com base nisso, se julga pertinente, ainda, uma breve discussão sobre o contexto espaço-temporal de Tolkien que, de certa forma, está representado na obra. Além dessa discussão, este capítulo trata sobre o processo de criação de Tolkien, assim como elucidada o porquê de sua criação, relacionando com sua visão de mundo.

JOHN RONALD REUEL TOLKIEN: UM HOBBIT POR EXCELENCIA

J. R.R. Tolkien (figura 1) nasceu na data de 3 de janeiro de 1892, em Bloemfontein, na África do Sul, quando ela ainda fazia parte do Império Britânico. A família Tolkien tinha acabado de se mudar da Inglaterra devido à promoção de seu pai, Arthur Tolkien, um bancário. Três anos mais tarde, parte da família Tolkien – sua mãe, Mabel e seu irmão, Hilary – se muda para a Inglaterra, pois não havia se adaptado à vida na África. Seu pai, preso nas atividades profissionais, continuou a residir na África do Sul e, meses depois, faleceu. Depois da morte do pai, Tolkien foi morar no vilarejo de Sarehole, a dois quilômetros e meio de distância da cidade de Birmingham, onde passou meses morando na casa dos avós maternos.

Figura 1 – J.R.R Tolkien.



Fonte: WHITE (2013)

Birmingham era, à época, a segunda maior cidade da Inglaterra, uma verdadeira potência industrial. Na sua paisagem se destacavam os prédios de apartamentos e chaminés de tijolos, quintais de concreto e a fumaça das fábricas locais. Já Sarehole era um lugar tranquilo e calmo, distante do tumulto e do barulho da cidade, cercada por campos e florestas, apesar da relativa proximidade de Birmingham. De fato, na Inglaterra do fim do século XIX e início do século XX, moradores das grandes cidades “estavam a uma distância do campo superior a uma caminhada” (HOBSBAWN, 1977, p. 294). O próprio Tolkien, já idoso, conseguia se recordar, em detalhes, desse período neste idílio campestre inglês chamado Sarehole. Fazer longas caminhadas na companhia do irmão, nessa zona rural, era um dos passatempos preferidos do menino (WHITE, 2013).

Aos nove anos de idade, a mãe de Tolkien, devido a problemas financeiros, foi obrigada a voltar para Birmingham, numa casa apertada com janelas cobertas por cortinas de renda sujas, um lugar que Tolkien considerou desagradável (WHITE, 2013). Essa zona urbana, de fato, não o agradou, pois ele não apreciava o movimento constante nas ruas, o tráfego, as fábricas e a falta de espaços verdes. A pobreza da família também contribuiu para essa experiência frustrante na cidade de Birmingham. Mais tarde, devido à doença de sua mãe, o jovem Tolkien e sua família voltaram a morar no campo. A pequena vila de Rednal, no coração da zona rural de Worcestershire – distante da fumaça e sujeira de Birmingham – foi o local de reencontro de Tolkien com o mundo rural inglês. Assim como a maioria dos meninos de sua idade, além das

caminhadas, o jovem Tolkien e seu irmão soltavam pipas, subiam em árvores e brincavam de atravessar córregos. Seu idílio voltou a se manifestar no espaço. Para ele, tudo estava indo ótimo até a mãe falecer. Com a morte de sua mãe, as coisas mudaram.

Com a vida de Mabel Tolkien, foi-se, também, a vida dos meninos no campo; sem pai e mãe, eles tiveram que voltar para Birmingham e ficaram sob a guarda do padre Francis Morgan, um amigo e confidente de Mabel Tolkien. E J.R.R Tolkien lá permaneceu. Na adolescência e juventude, o interesse pela filologia, despertado pela mãe, foi crescendo assim como o encanto pela mitologia. Posteriormente, ele ingressou na Universidade de Oxford e passou a morar na universidade. Em meio a aulas, jogos de rúgbi e trocas de cartas amorosas, Tolkien resolveu participar de um grupo de debate sobre pintura, música e, principalmente, Literatura (WHITE, 2013).

Em 1915, Tolkien termina seu curso de Língua e Literatura Inglesa e, em 1916, se casa com Edith. Depois disso, ele é convidado a lutar na I Guerra Mundial. Porém, devido a uma doença, conhecida como febre das trincheiras, volta para casa antes do fim da guerra. Amigos de Tolkien também lutaram, mas, por não possuírem a patente de oficial como Tolkien, nem todos sobreviveram. A experiência da guerra, segundo White (2013), marcou o Professor Tolkien profundamente.

Em 1920, torna-se professor na Universidade de Leeds e, como em todo lugar por onde passou, ajudou a criar grupos de discussão sobre Literatura; agora, porém, como um acadêmico. Em busca de uma melhor estabilidade profissional, Tolkien consegue ingressar, no ano

de 1925, como professor de Anglo-Saxão na Universidade de Oxford, uma das mais conceituadas universidades do mundo e onde já estudara. Lá, também, fundou grupos literários, os quais foram vitais para leitura e divulgação de suas obras.

Esses grupos literários foram, certamente, muito importante para Tolkien e sua criação. Neles, havia a apreciação das obras de todos participantes e consequentes críticas e revisões. Foi no mais importante deles, os Inklings – com participantes tão famosos atualmente quanto o próprio Tolkien: Charles William e C.S. Lewis –, que J.R.R. Tolkien apresentou *o Hobbit* e o a trilogia o Senhor dos Anéis. Porém, os primeiros a terem conhecimento de suas obras eram os filhos. De fato, o primeiro livro de Tolkien, *o Hobbit* – objeto de estudo desse trabalho –, foi feito para o divertimento de sua prole.

O Hobbit, publicado originalmente em 1937, ganhou destaque e fez sucesso. A obra de Tolkien, então, teve repercussão mundial. Aliás,

depois de seu livro tornou-se famoso, Tolkien ficava muito feliz em declarar que era um hobbit. Seria mais uma piada, mas havia certa semelhança entre a personalidade de Tolkien e a de um hobbit típico. Na verdade, em muitos aspectos, Tolkien não era tão diferente assim de Bilbo Bolseiro. Tolkien desconfiava e, por vezes, desdenhava do século XX. Ele era uma espécie de ludita e acreditava que a ciência e a tecnologia não haviam feito nada de louvável para mudar o destino da humani-

dade. Resistiu a ter um carro até que se tornasse uma necessidade prática [...]. (WHITE, 2013, p. 143).

Isso elucidada o quanto Tolkien se identifica com *o hobbit*, o personagem principal de seu livro, e como seu contexto espaço-temporal interferiu na obra e na sua concepção de mundo. Antes de seguir com a vida de Tolkien, se elucidar-se-á o que são os hobbits e até que ponto vai essa identificação. O próprio Tolkien os descreve na Introdução do livro *O Senhor dos Anéis*:

Os hobbits são um povo discreto, mas muito antigo, mais numeroso outrora do que é hoje em dia. Amam a paz e a tranquilidade e uma boa terra lavrada: uma região campestre bem organizada e bem cultivada era seu refúgio favorito. Hoje, como no passado, não conseguem entender ou gostar de máquinas mais complicadas que um fole de forja, um moinho de água ou um tear manual, embora sejam habilidosos com ferramentas. (TOLKIEN, 2000, p. 1)

Eles, portanto, amam o verde e possuem uma aversão ao moderno, representado pelas “máquinas mais complicadas”. São essas as características que elucidam a ligação entre os hobbits e Tolkien. De fato, esse último, assim como os hobbits, não gostava da modernidade decorrente da industrialização da Inglaterra e dos inúmeros processos que isso desencadeou, como a aceleração do

ritmo de vida, a produção de tecnologias em larga escala, a deterioração das relações humanas, entre outras. Ele, aliás, chega a afirmar que sua literatura revela a condenação “de coisas progressistas como fábricas, ou das metralhadoras e bombas que parecem ser seus produtos mais naturais e inevitáveis, ousemos dizer “inexoráveis” (TOLKIEN, 2006, p. 79).

Depois d'*o Hobbit*, Tolkien lançou, em 1954, o *Senhor dos Anéis*. Esse último é considerado a obra prima do escritor e suas recorrentes reedições permitiram certo lucro à família de Tolkien durante a sua aposentadoria. Foi graças a esses lucros que os últimos anos de vida de Tolkien foram, relativamente, calmos. Eles foram calmos financeiramente, o mesmo não se pode dizer da vida social. Pois o vai-e-vem de pessoas acampadas no jardim de Tolkien incluindo integrantes do movimento hippie que o elegeram como uma espécie de patrono e a elevada quantidade de cartas e ligações recebidas inconvenientemente não permitiam a concretização de uma vida calma, tão sonhada pelo Professor Tolkien. O assédio de fãs e jornalistas foi tão intenso que Tolkien e sua esposa tiveram que mudar, em segredo, para a cidade de Bournemouth, na costa Sul da Inglaterra (WHITE, 2013).

Além do prestígio dos fãs, Tolkien, já na velhice, foi homenageado tanto pela comunidade acadêmica como pelo mundo literário. Durante os últimos anos de vida, ele teve problemas de saúde e, sofrendo de úlceras gástricas com sangramento, faleceu, aos 81 anos, no dia 2 de setembro de 1973.

SUB-CRIANDO: REPRESENTANDO O ESPAÇO EXPERIENCIADO

Tolkien dizia que, para escrever suas obras, era necessário fazer em primeiro lugar um mapa. Caso contrário, seria impossível dar continuidade à estória que tinha em mente. Formações geológicas, dias e noites, traçados de rios, órbitas das luas, distâncias percorridas pelos personagens, localização de cada personagem no tempo e no espaço: tudo isto é pensado pelo autor em cada página de seus livros. Ele, pois, primeiro pensava no espaço a ser utilizado na obra, criava uma *toponímia* e, posteriormente, desenvolvia o enredo com os personagens (WHITE, 2013).

Eis aí o motivo de considerar Tolkien como dono de uma alma geográfica. Em uma de suas cartas endereçadas a um editor de seus livros, ele dizia sentir muito pela Geografia já que era um filólogo e seus trabalhos cartográficos – exclusivos para seus livros – não eram excelentes (CARPENTER, 2006). Contudo, essa alma geográfica não se reduz à sua produção de mapas, mas, sobretudo, na capacidade do autor de elaborar textos geográficos, obras com a aptidão de representar espaços e revelar a essência dos lugares.

E, apesar da alma geográfica, Tolkien é um filólogo e isso não é esquecido no seu processo de criação – e nem o pode ser. Depois da criação da toponímia, ele iniciava suas obras com nomes de personagens e com as línguas destes e, a partir delas, dava continuidade a estórias (CARPENTER, 2006). O mundo criado por Tolkien, então, é uma complexa teia de culturas, línguas, arquite-

tura, arquétipos e histórias de variados povos criados por sua mente, no qual tudo faz sentido. E tudo isso possui uma explicação. Para Tolkien, a criação de seus livros está inserida num contexto muito maior que a estória narra. Ele, na verdade, designava, para esse processo de escrever contos de fadas, o termo subcriação (TOLKIEN, 2006).

Para Tolkien, o termo subcriação, portanto, implica em algo que possui uma conotação religiosa: apenas Deus cria; o homem subcria. No pensamento do escritor inglês, existe o Mundo Primário – esse mundo, o mundo real – e o Mundo Secundário, um mundo descrito na obra, subcriado. Quando um autor escreve uma obra de Fantasia, “concebe um Mundo Secundário no qual nossa mente pode entrar. Dentro dele, o que ele relata é “verdade”: está de acordo com as leis daquele mundo” (TOLKIEN, 2006, p. 48). Assim sendo, Tolkien se enxerga como um subcriador e, dentro dessa estrutura, pensa que aquilo representado nos livros pode contradizer a realidade, mas está sempre ligada a ela.

Desse modo, a ficção estará sempre ligada à realidade e, conseqüentemente, o espaço ficcional está, indubitavelmente, ligado ao espaço real, pois “a Fantasia é feita do Mundo Primário” (TOLKIEN, 2006, p. 75). Ou seja, a Fantasia é “revestida” de realidade ou, mais precisamente, a Fantasia é feita de realidade. Não obstante isso, Tolkien vai além de estabelecer essa relação; ele a caracteriza como uma relação de afeto pelo objeto representado, pois “um bom artífice ama seu material” (TOLKIEN, 2006, p.75). Nesse sentido, tudo aquilo do Mundo Primário (o mundo real) utilizado para a construção do Mundo Se-

cundário ou representado neste é objeto de afeição do subcriador.

As estórias de fada, portanto, tratam de assuntos considerados, relativamente simples e pertencentes à realidade como o medo, a honra, a amizade, a culpa, o mal, etc. Isso equivale, também, para os ditos cenários, os espaços representados no livro. Infere-se, pois, que os espaços presentes na obra literária são representações de espaços imbuídos de forte afetividade por parte do subcriador. Tomando como parâmetro as analogias do próprio autor, pode se constatar que “se ao criar Pégaso os cavalos foram enobrecidos” (TOLKIEN, 2006, p. 75), ao criar um Mundo Secundário, a sua Inglaterra foi enobrecida.

Além dessa característica fundamental da obra tolkieniana, há outras que podem ser consideradas basilares para o estudo em tela. A primeira delas é a motivação de Tolkien para a construção de seu universo: criar uma mitologia para a Inglaterra. O contato com mitologias antigas dos povos germânicos e as lendas escritas em nórdico encantavam o então estudante de Língua e Literatura Inglesa e o fazia indagar: “se tais países possuem uma mitologia própria, por que a Inglaterra não?” (CARPENTER, 2006). Seu intento era, pois, suprimir o que para ele era uma lacuna existente na história do povo inglês.

Dessa forma, para Tolkien, essas novas estórias e lendas não fariam sentido sem um lócus, um espaço para abarcá-las e nem sem personagens para lhe garantir um hálito de vida. Foi assim que surgiu Arda e a Terra-Média (ver Figura 2, a seguir), cenários para a mitologia criada por Tolkien. Arda é, portanto, o Mundo Secundário de Tolkien.

Figura 2 – Arda, o Mundo Secundário de Tolkien



Fonte: Day (2001)

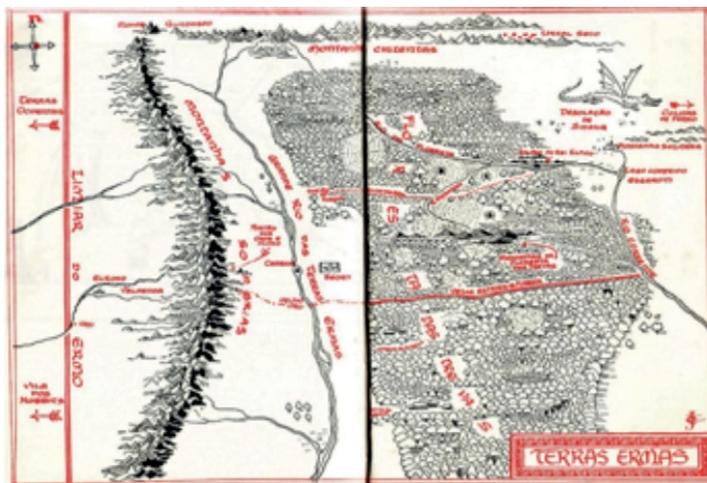
Entretanto, nas suas obras mais famosas, o destaque está voltado para a Terra-Média, um continente de Arda. Assim sendo, apesar da extensa obra de Tolkien estar imersa nesse mundo, ela pode ser subdividida essencialmente em duas vertentes: uma de textos, contos, ensaios e cartas sobre esse espaço (a Terra-Média), seus habitantes, sua história, entre muitos outros aspectos, e outra sobre textos não relacionados diretamente com a Terra-Média. Na primeira vertente, encontra-se *O Hobbit*, *O Senhor dos Anéis*, *O Silmarillion* e *Contos Inacabados de Númenor e da Terra Média*. Vê-se, portanto, que Tolkien tinha uma visão ampliada desse mundo e entende-se o porquê da produção de tantos mapas (ver Figura 3 e Figura 4, a seguir) e, principalmente, se fortalece a hipótese de que esse Mundo Secundário não poderia ter surgido do nada, mas está baseada nas experiências espaciais do autor.

Figura 3 – O mapa de Thorin (utilizado n'*O hobbit*) e o mapa da Terra-Média (utilizado na Trilogia do Anel)



Fonte: Tolkien (2009)

Figura 4 – Mapa das Termas Ermas (utilizado n'*O hobbit*)



Fonte: Tolkien (2009)

Há, ainda, outros fatores que sustentam essa hipótese. Entre esses fatores estão as funções dos contos de fadas ou estórias de fadas, como Tolkien gostava de chamar. Para ele, além de uma motivação, as estórias de

fadas possuíam funções, que seriam: a fantasia, a recuperação, o escape e o consolo. Em *Sobre Histórias de Fadas*, ele trata acerca de cada uma dessas funções, porém, toda essa discussão não teria sentido aqui. Se discorrerá, então, apenas sobre o que nos interessa nesse momento, que são o escape e o consolo. Então, discute-se, inicialmente, sobre o escape.

O escape, pois, é uma forma de fugir da realidade. Contudo, não se trata de uma simples fuga, mas de uma negação da realidade não agradável. O próprio Tolkien comenta sobre a polissemia do termo e como, na sua visão, o escapismo era visto de forma depreciativa. Dessa maneira, a maioria das pessoas que cultivavam essa perspectiva estaria “confundindo, nem sempre por erro sincero, o Escape do Prisioneiro com a Fuga do Deserto” (TOLKIEN, 2006, p.76). Na visão de Tolkien, o escape não era algo que causa alienação, mas, ao contrário disso, um mecanismo no qual se pode desvencilhar de uma realidade que oprime, numa tentativa de buscar satisfação e/ou prazer.

Nesse sentido, Tolkien está negando a sua Inglaterra e como os seus contemporâneos a enxergavam e a queriam. Para ele, a sua literatura serviria para proporcionar essa fuga da Inglaterra recém-industrializada e que estaria inserida no contexto que ele denominava como “Era Robótica, que combina elaboração e engenhosidade de meios com feiura” (TOLKIEN, 2006, p.77). Ele chega a exemplificar o fato de não mencionar lâmpadas elétricas produzidas em massa como um tipo de escape por “representar” uma aversão ao progresso.

Assim, a Literatura Fantástica de Tolkien, vista dessa forma, é considerada como uma forma de reflexão. A leitura

das estórias de fadas, localizadas em outro mundo – na Terra-Média –, teria como função, portanto, pensar sobre a realidade desse mundo. O leitor, então, sairia desse mundo para poder enxergá-lo melhor. No caso de Tolkien, esse mundo é, mais precisamente, a Inglaterra. Esta última, no contexto da infância de Tolkien, estava passando por um processo de industrialização e urbanização latente, decorrente da Revolução Industrial.

O próprio Tolkien traça, em *Sobre Histórias de Fadas*, características de seu país que ele gostaria de negar e escapar, tais como: a) “a proximidade de fábricas robotizadas de produção em massa”; b) “o rugido do tráfego mecânico auto-obstruidor” e c) a constatação da “forma como os homens vivem e trabalham no século XX está crescendo em barbárie a uma taxa alarmante” (TOLKIEN, 2006, p.78).

Todas essas características, próprias da “cruza e a feiura da vida europeia moderna” (TOLKIEN, 2006, p.78), indicam como o subcriador da Terra-Média sentia uma aversão da Inglaterra que “surgiu” depois da Revolução Industrial, a qual ele vivenciou na cidade de Birmingham.

Além do escape, o consolo é outra função das estórias de fadas que nos permite compreender o pensamento de Tolkien e sua obra. O consolo seria entendido, pois, como vislumbre de dias melhores, o cultivo de uma esperança diante das dificuldades vividas. Em outras palavras, trata-se da espera pelo famoso “final feliz” de toda estória. Para Tolkien (2006), toda estória de fadas precisa desse elemento; ele seria, portanto, parte da essência de toda narrativa fantástica. O filólogo inglês, aliás, cunha um termo para essa esperança, baseada na alegria: a eucatástrofe.

A eucatástrofe seria, então, “a alegria do final feliz”; uma “repentina ‘virada’ jubilosa”; “uma graça repentina e milagrosa” (TOLKIEN, 2006, p.85). Com esse termo, pois, Tolkien elucida a sua crença numa mudança de realidade, mas não se trata de mudança qualquer, mas numa transformação de algo horrendo para uma realidade apreciável. Contudo, essa eucatástrofe, a qual Tolkien toma como crucial em suas obras, “não é essencialmente ‘escapista’ nem ‘fugitiva’” (TOLKIEN, 2006, p.85), pois ela não nega a possibilidade da existência do fracasso, do pesar ou da insatisfação. O que ela nega, pois, é uma derrota final universal.

Pode-se considerar, então, a literatura de Tolkien como uma literatura que retrata a insatisfação com o mundo vivido por Tolkien, seus lugares e seu status quo. Nesse sentido, ele desvela, em suas obras, o que seria uma realidade opressora que não traz alegria alguma: a Inglaterra não-bucólica.

Um elemento do pensamento de Tolkien sobre as suas obras pode, aparentemente, levar a supor que a representação do espaço vivido, nas obras, não existe e é fruto de um esforço cognitivo de seus críticos leitores. Trata-se, portanto, da negação de Tolkien de usar alegorias. Tanto em introduções de seus livros como em cartas explicativas para seus fãs, Tolkien demonstra sua aversão e indiferença para com o simbolismo. No prefácio do primeiro volume da trilogia *O Senhor dos Anéis*, o filólogo inglês afirmou essa indiferença:

Mas eu cordialmente desgosto de alegorias em todas as suas manifestações, e sempre foi

assim desde que me tornei adulto e perspicaz o suficiente para detectar sua presença. [...] Acho que muitos confundem ‘aplicabilidade’ com ‘alegoria’; mas a primeira reside na liberdade do leitor, e a segunda na dominação proposital do autor. (TOLKIEN, 2000, p 13)

Tolkien, então, diferencia alegoria de aplicabilidade. Enquanto nega a primeira, assume a segunda em suas obras. Dessa forma, ele não nega a relação realidade – fantasia, a qual já se discorreu acima. Ele nega uma simples transferência da realidade para a fantasia; do mundo primário para o mundo secundário. Isto fica visível numa explicação presente em uma carta datada de 17 de novembro, endereçada a um fã:

Não há ‘simbolismo’ ou alegoria consciente em minha história. Alegorias do tipo ‘cinco magos = cinco sentidos’ são completamente estranhas ao meu modo de pensar. Havia cinco magos e esta é apenas uma parte única da história. Perguntar se os Orcs ‘são’ comunistas para mim é tão sensato quanto perguntar se comunistas são Orcs. Por não haver alegoria não quer dizer, é claro, que não há aplicabilidade. Sempre há. (CARPENTER, 2006, p. 436)

Essa explicação reforça, pois, a ideia de aplicabilidade do autor. Na verdade, ‘aplicabilidade’ é, resumidamente, a única forma de relação entre o mundo secundário e

primário. Para Tolkien, este termo – pode-se dizer – sintetiza essa relação tão complexa. Tolkien, aliás, ao apresentar a aplicabilidade como o vínculo entre a realidade e a obra, assume que “um autor não consegue evitar ser afetado por sua própria experiência” (TOLKIEN, 2000, p 13).

Contudo, Tolkien, no que parece ser uma concepção contraditória, vai além desse conceito de aplicabilidade e, praticamente, determina a obrigatoriedade da relação mundo real – mundo fantástico. Pois, no seu entendimento,

provavelmente todo escritor que faz um mundo secundário, uma fantasia, todo subcriador, deseja em certa medida ser um criador de verdade, ou espera estar se baseando na realidade: espera que a qualidade peculiar desse mundo secundário (senão todos os detalhes) seja derivada da Realidade, ou flua para ela. (TOLKIEN, 2006, p. 88)

Dessa forma, Tolkien, não nega que a realidade influencia suas obras, pelo contrário, determina essa influência. Na sua concepção, escrever uma estória de fadas implica em pensar sobre a realidade.

Todos esses elementos, portanto, conduzem para um pensamento comum: Tolkien coloca em suas obras a Inglaterra e suas afetividades para com ela. Desde o desdém por áreas urbanizadas e industrializadas, passando pelas virtudes camponesas nutridas nas obras até o deleite dos personagens com redutos bucólicos e calmos.

Feita essa consideração sobre a cosmovisão de Tolkien e sua obra literária, parte-se agora, efetivamente,

para a análise da obra *O hobbit*, sempre buscando traçar paralelos entre o que foi aqui abordado e as relações de lugar presentes nos trechos da obra.

“NUMA TOCA NO CHÃO VIVIA UM HOBBIT”: INVESTIGANDO O LUGAR

“Numa toca no chão vivia um hobbit”: é assim que J. R. R Tolkien inicia o livro aqui investigado: localizando o seu personagem. Como já exposto no capítulo anterior, para Tolkien, a localização é de suma importância nas suas histórias e não é de se estranhar esse começo. Aliás, essa espacialização não é uma mera localização; é, antes de tudo, uma forma de indicar o lugar do *hobbit*, representação do lugar de Tolkien. Nesse sentido, podemos constatar que

Numa toca no chão vivia um hobbit. Não uma toca desagradável, suja e úmida, cheia de restos de minhocas e com cheiro de lodo; tampouco uma toca vazia e arenosa, sem nada em que sentar ou comer: era uma toca de um hobbit, e isso quer dizer conforto. (TOLKIEN, 2009, p. 1)

O referido autor traça, pois, o esboço de um espaço que manifesta uma sensação agradável; a primeira característica conferida à toca não é uma simples localização geográfica, com indicação de uma suposta região no qual ela se encontra ou de um ponto de referência. A primeira característica conferida à toca é, pois, não ser desagra-

dável, porque a toca é lugar da comodidade do *hobbit*. Ela, assim, possuía móveis (não era vazia e sem nada para sentar), tinha um bom odor e era limpa. Pode-se qualificá-la, portanto, como o lugar por excelência para o *hobbit*, pois o lugar se confunde com a segurança e com o bem-estar e, dessa forma, Tolkien nos apresenta a toca *hobbit*: agradável. Essa apresentação pode ser entendida à luz da noção de lugar de Tuan (1983). Para este, o lugar se diferencia do espaço; enquanto o segundo é liberdade, o primeiro é segurança. Tolkien, ainda, reafirma esse pensamento ao apresentar a toca *pormenorizadamente* e a categorizar como “[...] um túnel muito confortável, sem fumaça [...]” (TOLKIEN, 2009, p. 1).

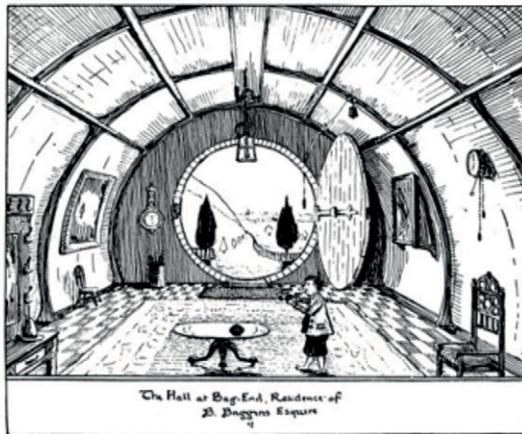
Pode-se, ainda, traçar outros paralelos entre as ideias sobre o lugar – e os conceitos aos quais este último está ligado – e a toca *hobbit* de Tolkien. Pode-se, pois, verificar que a toca, como era de se esperar, se comporta como a casa. Não se trata de qualquer casa, de uma mera habitação; a casa, ou seja, a toca *hobbit* é entendida, aqui, no seu sentido *bachelardiano*:

a casa é nosso canto do mundo. Ela é, como se diz frequentemente, nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos. Um cosmos em toda a acepção do termo. Até a mais modesta habitação, vista intimamente, é bela. (BACHELARD, 1984, p. 200)

Nesse sentido, para o *hobbit*, a toca não era apenas um lugar agradável; era, pois, o seu lugar agradável, um espaço só dele, o seu cosmo. A visão de casa bachelar-

diana, transcendendo essa noção de pertencimento ou posse, reforça a ideia de Tuan (1983) de conforto e proteção. A toca hobbit (ver Figura 5 a seguir), portanto, é apresentada com essas características afetivas. Tolkien (2009) enceta seu livro nos dando essa certeza: a toca é um ambiente caro ao *hobbit*; veremos mais a frente como esse dado é crucial para o desenrolar da obra e, conseqüentemente, para a sua análise.

Figura 5 – A toca hobbit.



Fonte: Tolkien (2009)

Depois dessa “localização” afetiva, o autor em análise insere uma outra localização. Essa também não se resume a um caráter meramente informacional: Bilbo Bolseiro, o *hobbit*, reside na toca hobbit que, por sua vez, se encontra no Condado e, mais precisamente, na Colina - onde seus parentes viviam “desde os tempos imemoriais” (TOLKIEN, 2009, p. 2). Desse modo, apesar de reve-

lar a região na qual a toca está situada, Tolkien insere um outro dado importante para a nossa análise, sobre o lugar, um dado temporal. O autor, por nos informar que a família de Bilbo – os Bolseiros – sempre viveu naquela região, nos afirma, mesmo inconsciente, que a experiência de Bilbo naquele espaço é de duração longa.

Dessa forma, a experiência espacial de Bilbo com a Colina não é recente e pode explicar, conforme o pensamento de Tuan (1983), o porquê da afetividade manifestada na obra. O fator tempo, como já exposto no primeiro capítulo, é vital para conceito de lugar de Tuan (1983). Primeiramente, porque o lugar é entendido como pausa na dinamicidade e, em segundo lugar, porque é através dos tempos (dias e anos) que se faz experiências com espaço e cria afetividades, delineando o lugar.

Aliás, isso pode ser constatado na obra no momento em que Bilbo encontra-se com o mago Gandalf e relembra as festas realizadas durante a sua infância e, depois de interjeições como “Puxa!” e “Esplêndido!”, exclama: “A vida costumava ser muito interessan... quero dizer, você costumava perturbar muito as coisas **por estas bandas naquela época** [grifos nossos]” (TOLKIEN, 2009, p. 6). Vê-se, portanto, dados temporais e espaciais lado a lado, forjando a ideia de afetividade pela Colina.

Outro dado importante nos é revelado por Tolkien para elucidar a afetividade de Bilbo pela Colina e por outros lugares ao longo da estória. Esse dado, aliás, perpassa não só “*O hobbit*”, mas toda vida de Tolkien, como já foi exposto no segundo capítulo. Trata-se, pois, do amor pelas áreas bucólicas e não-industrializadas. Isso se dá, visivelmente, antes do já citado encontro entre Gandalf e Bilbo:

“Por um curioso acaso, numa manhã distante, **na quietude do mundo, quando havia menos barulho e mais verde** [...], Bilbo Bolseiro estava parado a sua porta depois do desjejum, fumando um enorme cachimbo de madeira que chegava quase até os lanudos dedos de seus pés (cuidadosamente lavados), Gandalf apareceu. Gandalf! [grifos nossos]” (TOLKIEN, 2009, p. 3)

Pode-se inferir que as informações contidas nesse trecho traduzem o estilo do autor e servem, apenas, para enfatizar o referido encontro que será vital para o enredo da estória. Não se nega isso; pelo contrário, se afirma. Contudo, é mister lembrar que essas informações não surgem do acaso e são de extrema valia para a análise em tela.

Desse modo, Tolkien localiza a Colina, *lôcus* da afetividade do *hobbit*, nos tempos e lugares calmos, permeados pelo silêncio (ou por algo próximo dele) e colorido pelo verde, metaforizando locais arborizados. Trata-se, pois, de uma referência clara à sua Inglaterra pré-industrial. É essa a ideia do biógrafo de Tolkien ao afirmar que “os hobbits são ingleses e o Condado é, em alguns aspectos, a Inglaterra” (WHITE, 2013, p. 189). De fato, Tolkien assume, parcialmente, essa posição, como já foi explicitado no segundo capítulo.

Um outro elemento do livro permite um aprofundamento no que se refere a esse caráter bucólico da Colina. Dessa vez, o elemento é visual; se trata de uma das figuras do livro. Urge lembrar, aqui, que o livro analisado

é categorizado como uma obra infantil e, de fato, ele foi escrito para os filhos de Tolkien. Diante disso, a presença de ilustrações no texto não pode ser vista como incomum. Ademais, é preciso lembrar que essas ilustrações foram produzidas pelo próprio Tolkien.

Esse elemento, por ter sido fruto da imaginação e das mãos de Tolkien, é útil a investigação presente por dois motivos: a) alude a relação entre os conceitos de paisagem e lugar; b) enriquece-a no que diz respeito à subjetivação dos lugares. Eis a imagem:

Figura 6 – A Colina: a vila dos hobbits.



Fonte: Tolkien (2009)

Por meio da imagem, reafirma-se, assim, o caráter bucólico da Colina presente no texto e, ao mesmo tempo, estimula a relacioná-la com a Inglaterra anterior às mudanças proporcionadas no espaço, pela Revolução Industrial. Afinal,

A Literatura constitui-se, portanto, num documento que conta, cria e recria um momento espaço-temporal, trazendo elementos para se pensar a sociedade e o espaço que constituam o ambiente do escritor. (MARANDOLA, 2006, p.64)

Essas relações entre a Literatura de Tolkien, sua cosmovisão e o seu contexto espaço-temporal já foram abordadas no segundo capítulo, mas não é repetitivo afirmar que a ilustração da Colina possui similaridades com o espaço rural inglês no final do século XIX e início do século XX, com suas fazendas e pequenos bosques. O historiador inglês Eric Hobsbawm, inclusive, nos apresenta, como “o choque da industrialização”, o “grande contraste entre as habitações escuras, monótonas, repletas de gente e as fazendas coloridas circunvizinhas [...]” (HOBSBAWM, 1977, p. 219). Note-se, portanto, como a paisagem rica em cores era o grande símbolo da Inglaterra de Tolkien.

Pode-se, portanto, associar a literatura de Tolkien a um movimento literário inglês do século XX, caracterizado por Williams (1989). Para ele,

Na Grã-Bretanha, podemos identificar um radicalismo rural-intelectual, precário, mas

persistente: genuína e ativamente hostil ao industrialismo e ao capitalismo; contrário ao comercialismo e à exploração do meio ambiente; apegado a vida e aos sentimentos rurais, à literatura e às tradições do campo. (WILLIAMS, 1989, p.67)

Nota-se, portanto, elementos como a recusa ao industrialismo e o apego ao rural e bucólico, que são enumerados por Raymond Williams, na obra de Tolkien. Além dessas características, outros indícios podem confirmar essa associação. Para Williams (1989), essa forma de radicalismo é uma crítica ao presente enquanto, para Tolkien, a sua literatura também tem esse teor crítico. E, ao se criticar o presente, se é obrigado a escolher uma direção: optar pelo passado ou pelo futuro (WILLIAMS, 1989).

Tolkien escolheu o passado, optou pela sua antiga Inglaterra bucólica. E, de fato, “a consciência do passado é um elemento importante no amor pelo lugar” (MELLO, 2001, p.94). A Inglaterra não-industrial não existe mais. Contudo, como lugar, ela persiste a perdurar na mente – ou no coração – de Tolkien e, sobretudo, na sua obra. Dessa forma, apesar de longínquo no tempo, o lugar está próximo (interiorizado) e, para “a pessoa atada por laços topofílicos ao passado, persiste como símbolo de identificação imorredoura” (MELLO, 2001, p.94). Portanto, o ideário de uma vida num lugar “verde e calmo” se desmoronou, mas foi eternizado n’O *hobbit*.

Voltando ao texto analisado, o qual reproduz o encontro entre Gandalf e Bilbo, pode-se constatar, além da paisagem verde e calma, outro elemento que reforça a

ideia de afetividade. Fala-se, pois, das práticas sociais: “[...] Bilbo Bolseiro estava parado a sua porta depois do desjejum, fumando um enorme cachimbo de madeira [...]” (TOLKIEN, 2009, p. 3).

Vê-se, portanto, no texto, que as práticas sociais do indivíduo auxiliam na formação do lugar. O fato de Bilbo Bolseiro comumente fumar depois do desjejum, auxilia na sua construção afetiva para com o espaço. Na obra, o lugar se manifesta, também, nas práticas sociais. Em outros momentos do livro, essa ideia estará presente. Existe, ainda, outro aspecto a ser frisado nesse ponto: fumar cachimbo é um dos hábitos de Tolkien. Encontra-se aqui, portanto, a ideia que transpassa todo o segundo capítulo: a história do Professor Tolkien, de fato, se cruza com a história da Terra-Média ou, como o próprio Tolkien, de uma forma mais poética, explica:

O teatro de minha história é este mundo, aquele no qual agora vivemos, mas o período histórico é imaginário. Os princípios básicos desse local de moradia estão todos lá (para os habitantes do noroeste da Europa, de qualquer forma), de modo que naturalmente parece familiar, ainda que um pouco glorificado pelo encantamento da distância no tempo. (CARPENTER, 2006, p. 229)

Ou seja, além da *‘familiaridade espacial’*, há outra *familiaridade*, inerente a esta última, manifestada na obra, os costumes comuns em relação àquela região da Europa. Ao dizerem a respeito do noroeste europeu (Tolkien e

seus contrterrâneos), estes costumes falam sobre o *hobbit* e a Terra-Média, desenevoando uma ideia de lugar assentada nas práticas sociais de determinada localidade.

Feitas essas considerações sobre a Colina e o Condado, segue-se os passos de Bilbo em sua aventura. Nesse ínterim, ele já aceitou o convite de Gandalf e, com os treze anões, parte rumo a Erebor. Depois do Condado, a próxima localidade é Valfenda, o lar dos elfos.

Em Valfenda, por sua semelhança com o Condado, a afetividade de Bilbo para com o espaço permanecerá, praticamente, a mesma. Desde a sua chegada à terra dos elfos, isso pode ser percebido:

Viram um vale lá embaixo. Conseguiram ouvir a voz da água correndo num leito pedregoso; a fragrância das árvores se espalhava no ar e havia uma luz na encosta do vale, do outro lado do rio. (TOLKIEN, 2009, p.47)

Ou, ainda: “O ânimo de todos melhorava à medida que desciam. As árvores eram agora faias e carvalhos, e havia uma sensação confortável no crepúsculo” (TOLKIEN, 2009, p. 47). Nestes trechos, pois, o ideário do bucólico como corporização do agradável se mantém. Tudo o que foi assinalado para o Condado e, conseqüentemente, para a Colina, é legítimo, também, para Valfenda. Assim, todas as conclusões sobre a manifestação do lugar nos trechos relativos à Colina são válidas para “a Última Casa Amiga”, inclusive aquelas referentes às ilustrações, pois Valfenda também foi registrada de forma visual.

Figura 7 – Valfenda.



Fonte: Tolkien (2009)

A obra, inclusive, não narra, pormenorizadamente, a estada da comitiva nesse idílio arborizado, onde a voz da água tranquiliza e os ânimos são melhorados. Tolkien se resume, assim, a abordar o caráter efêmero da agradabilidade quando pontua:

É estranho, mas as coisas boas e os dias agradáveis são narrados depressa, e não há muito que ouvir sobre eles, enquanto as coisas desconfortáveis, palpitantes e até mesmo horríveis podem dar uma boa história e levar um bom tempo para contar. Eles ficaram bastante tempo naquela casa agradável, quator-

ze dias pelo menos, e acharam difícil partir.
(TOLKIEN, 2009, p. 50)

Saindo de Valfenda, a comitiva enfrenta uma passagem por uma região acidentada, as Montanhas Sombrias. Não é preciso fazer um esforço cognitivo para inferir que, a partir desse momento, as aventuras começarão a se acentuar e, por conseguinte, as relações topofílicas cederão o lugar às topofóbicas.

Contudo, antes do emergir das narrações sobre essas relações topofóbicas, Tolkien traz um elemento que, assim como outros, se dará por toda obra: a nostalgia. Ao sair de seu lugar, cessando de manter relações com ele e estabelecendo-as com outros espaços, *o hobbit* elucida a saudade de sua casa no seu idílio campestre bem como de suas práticas culturais. É dessa forma que *o hobbit* expressa sua saudade:

“Lá embaixo o verão está avançando’, pensou Bilbo, ‘o feno está sendo cortado, e há piqueniques acontecendo. No passo em que vamos, estarão todos fazendo a colheita e apanhando amoras antes que comecemos a descer do outro lado”’. (TOLKIEN, 2009, p. 56)

Além dessa saudade, as montanhas lhe inspiravam outros sentimentos. A ideia da agradabilidade cessa com a paisagem bucólica e cede o lugar à aflição, ao desconforto causado pela região montanhosa. *O hobbit*, assim, não se sentia confortável somente com a visão da montanha. De fato,

Ele [...] não se atrevia a ter esperança de que pudessem atravessar aquelas altas montanhas de picos solitários e aqueles vales onde nenhum rei governava sem aventuras atemorizantes. (TOLKIEN, 2009, p. 56)

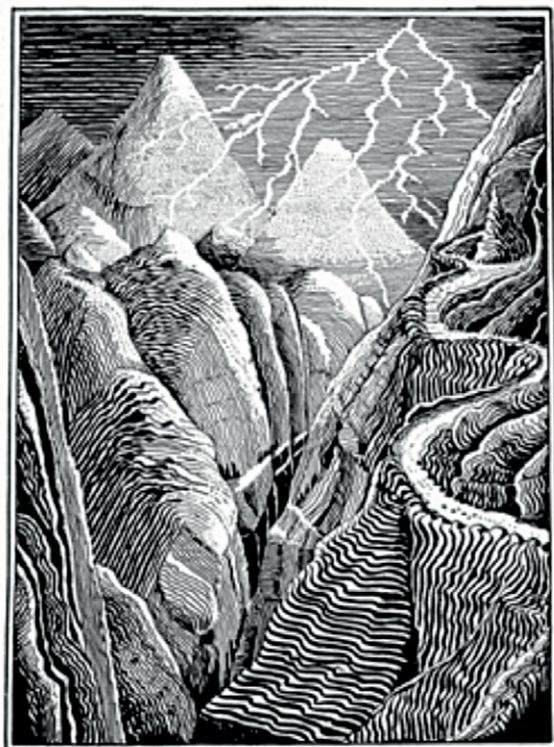
Observa-se, nesse ponto, que a relação com as montanhas lhe desperta um sentimento. Encontra-se, aqui, uma íntima ligação com o pensamento de Tuan (2012), ao propor o neologismo “topofobia”. É a experiência com as montanhas que fará surgir um sentimento; é a relação com o espaço que estimula a aflição, a desesperança e, conseqüentemente, a certeza de “aventuras atemorizantes”. Assim sendo, o medo – a fobia – começa a se manifestar no caminho do *hobbit*.

De fato, a comitiva – Bilbo, os anões e Gandalf – se envolveram em “aventuras atemorizantes”. Aquela região montanhosa era o lar dos orcs, monstros horríveis que são “servos do Poder do Escuro” (CARPENTER, 2006, p. 297) e foram “feitos” pelo Senhor do Escuro, através da degradação de criaturas boas. Urge, nesse momento, explicitar que, para Tolkien, a integração entre cada raça com seu ambiente é essencial (KLATAU, 2007) e, portanto, visível: os anões vivem nas cavernas; os elfos, nas florestas; os hobbits, em suas tocas e os homens, em suas cidades. Desse modo, a presença de orcs na montanha era previsível e, conseqüentemente, o encontro com eles, inevitável.

Apenas a presença dos orcs, portanto, já explicaria o temor sentido por Bilbo ao avistar as montanhas. Tolkien expressa esse medo nos trechos supracitados, mas o faz,

também, de outra forma. Assim como aconteceu com os espaços analisados, Tolkien retrata a visão que Bilbo tem da montanha, como evidencia a figura a seguir:

Figura 8 – A trilha da Montanha



The Mountain-path

Fonte: Tolkien (2009)

A imagem, assim, como os trechos analisados, retrata a escuridão. Ela se encontra, inclusive – talvez, conscientemente – em preto e branco para reforçar o teor atemorizante. Mais uma vez, portanto, constata-se, como Meinig (2002), a relação do lugar com a paisagem

ao perceber-se que a simples visão das montanhas já causara no *hobbit* uma sensação de medo.

Contudo, essa sensação de medo ganhou proporções maiores ao se efetivar o encontro entre a comitiva e os orcs. Depois do inevitável encontro e conseqüente embaite, os orcs prenderam Bilbo e seus companheiros. Essa situação – a prisão e o espaço experienciado – proporcionou a manifestação de relações topofóbicas, como se pode verificar no seguinte trecho:

“Estava muito, muito escuro, uma escuridão em que apenas os orcs acostumados a viver no coração das montanhas conseguem enxergar. Os corredores se cruzavam e emaranhavam em todas as direções, mas os orcs sabiam os caminhos. [...] e o ar estava terrivelmente abafado. Os orcs eram muito rudes, e beliscavam sem dó, riam e gargalhavam com suas vozes horríveis e cruéis, **Bilbo estava ainda mais infeliz [...]. Mais uma vez desejou muito estar em sua toca de hobbit. Não pela última vez**”. [grifos nossos] (TOLKIEN, 2009, p. 61)

Vê-se, portanto, alguns elementos que servem de norte para o entendimento das relações entre o espaço em questão e Bilbo. Percebe-se, ainda, que esses elementos estão, geralmente, fundados na oposição entre as características das montanhas e a dos campos e relvas de Val-fenda e da Colina, no Condado.

O primeiro desses elementos é a escuridão das montanhas em contraste com o colorido das áreas campestres. De fato, esse elemento implica, sobretudo, na diferenciação de paisagem entre as duas localidades: enquanto em Valfenda e na Colina o verde despertava o afeto do *hobbit*, nas montanhas, a escuridão provocava uma aversão. Eis aqui, portanto, a dicotomia de Tuan (2012): a topofilia e a topofobia, respectivamente.

O segundo elemento decorre do primeiro: a infelicidade de Bilbo perante a situação. Conscientemente, Bilbo, diante do desagradável espaço no qual se encontra, deseja, como já ocorreu e ainda ocorrerá, o conforto de sua toca *hobbit* e anseia por estar no *locus* de sua segurança no já distante Condado. A nostalgia, pois, surge novamente na mente de Bilbo.

Além do último trecho, um outro pode auxiliar na compreensão dessa relações topofóbicas de Bilbo: “[...] as tocas deles [hobbits] são lugares alegres e adequadamente arejados, bem diferentes dos túneis dos orcs” (TOLKIEN, 2009, p. 71). Constata-se, mais visivelmente nesse ponto, a oposição entre a toca *hobbit* e os escuros túneis dos orcs. Ademais, a ideia da agradabilidade da toca *hobbit*, novamente, surge e reforça a discrepância entre os referidos espaços, forjando as relações topofóbicas e topofilicas. Essas últimas referentes à toca *hobbit* e aquelas, aos túneis do orcs.

Na montanha dos orcs, ainda, há outro encontro vital para o desenrolar da narrativa. Trata-se, pois, do encontro de Bilbo com Gollum, um *hobbit* desfigurado. Bilbo, nesse momento, está perdido e não conta com a companhia dos anões e de Gandalf. Na busca por esses, o *hob-*

bit se envereda pelo interior da montanha e encontra um lago, no qual reside Gollum¹. Esse, na ânsia de devorar o *hobbit*, lhe propõe um jogo em troca da condução para a saída.

Esse momento, como já foi dito, é de fundamental importância para a estória e para a sua ‘continuação’ no Senhor dos Anéis; nele, Bilbo encontra o ‘um Anel’, artefato poderoso que desfigurou Gollum e é peça fundamental nas estórias de Tolkien.

Vale a pena, pois, analisar como, para Tolkien, a ideia de espaço é vital. Para tanto, deixe-se, por um breve tempo, Bilbo de lado e volta-se o olhar para Gollum. Como um hobbit, Gollum deveria morar em tocas, sendo essas localizadas em áreas campestres. Porém, não é isso que se percebe; Gollum, pelo contrário, reside “junto” com os orcs. Isso ocorre devido a sua desfiguração.

Daí pode-se constatar novamente que, de fato, o local de habitação é importante na noção de pessoa, o espaço de um personagem diz muito sobre ele. Em outros tempos, Gollum, a exemplo de Bilbo, residia em tocas hobbits. Devido à sua mudança, deixou de ter gozo de estar sob o sol e sobre a grama. Contudo, o seu encontro com Bilbo o fez lembrar de seu passado nas terras de tonalidade verde, como Tolkien vai explicar no Senhor dos Anéis ao citar o encontro:

“Havia um cantinho de sua mente que ainda lhe pertencia, e a luz entrou por ele [Gollum], como através de uma fenda no escuro: uma

1 Trata-se de Sméagol, personagem famoso da trilogia 'O Senhor dos Anéis'

luz que vinha do passado. Penso que na verdade deve ter sido bom para ele ouvir uma voz agradável novamente, trazendo lembranças do vento, das árvores e do sol na grama, e coisas desse tipo que estavam esquecidas”. (TOLKIEN, 2000, p. 56)

Desse modo, o simples encontro com Bilbo fez Gollum recordar de seus espaços pretéritos. Ele, então, através da voz de Bilbo, tem reacendido em seu interior toda a lembrança de seu antigo lugar. Assim como alguém se lembra de sua cidade natural e se delicia com as lembranças daquele espaço ao reencontrar um conterrâneo, Gollum lembra de quando residia nos Campos de Lis ao encontrar Bilbo. O lugar aqui, pois, tendo sido adquirido por meio dos sentidos, coaduna com o conceito de Tuan (1983) de espaço experienciado.

Tolkien, portanto, faz do embate entre Bilbo e Gollum uma oportunidade de manifestar o lugar; o afeto pelas árvores, pela grama, pelo sol e por tudo aquilo que só as áreas rurais podiam, à sua época, proporcionar.

Feitas essas considerações sobre o lugar de Gollum, volta-se, novamente, a atenção para Bilbo Bolseiro. Depois do imbróglie com Gollum nas profundezas das Montanhas Sombrias, Bilbo reencontra seus companheiros e segue sua aventura rumo a Erebor, a morada de Smaug, que outrora já fora a morada dos anões.

O contexto bosquejado pela presença de rochas escuras e pela ausência de áreas campestres continua a envolver a Bilbo e seus colegas de viagem. De fato,

Os arbustos, e o capim alto entre os rochedos, os trechos de relva tosada pelos coelhos, o tomilho, a sálvia e a manjerona, as estevas amarelas, todos desaparecem, e eles se viram no topo de uma encosta larga e íngreme, de pedras altas [...]. (TOLKIEN, 2009, p. 96-97)

Esse contexto continua por certo tempo e leva os anões, com saudades de sua casa, a cantarem. Nessa canção, se pode enxergar elementos das relações de topofobia, como se pode observar nesta estrofe:

As desertas montanhas lá se vão
Varre ele agora a toca do dragão:
trevas e negrume, pedras em cardume,
fumaça impregna o ar de escuridão

(TOLKIEN, 2009, p. 126)

Novamente, encontram-se elementos que caracterizam as áreas permeadas pelo sentimento de temor: a escuridão e presença de pedras. Dessa vez, surge um elemento novo: a fumaça escura. Tomando por base aquilo que foi discutido no segundo capítulo, pode-se inferir que se trata, aqui, de uma referência a Inglaterra não-bucólica com forte urbanização (pedras em cardume) e extremamente poluída (fumaça impregna o ar de escuridão). Nesse sentido, Hobsbawm (1977, 2003) e White (2013) auxiliam na compreensão da configuração da área industrial da Inglaterra nos tempos do filólogo em questão: habitações escuras envoltas pela fumaça das fábricas.

Hobsbawm (2003), inclusive, chega a afirmar que as cidades eram “um deserto de pedra” e podiam ser definidas por “serem cobertas de fumaça e impregnadas de imundície” (HOBSBAWN, 2003, p. 81). Eles esboçam, pois, uma configuração semelhante da elucidada no poema.

Depois das montanhas, Bilbo e sua companhia seguem a direção proposta pelo mapa de Thorin, chefe dos anões, em direção a Erebor. Contudo, as relações topofóbicas não cessam com o afastamento das montanhas. Elas permanecem no caminho de Bilbo e de seus companheiros. Dessa vez, o *lócus* dessas relações é a Floresta das Trevas.

De fato, o nome já anuncia algo de atemorizante na floresta. E não é preciso lembrar que Tolkien pensava nas toponímias no seu processo de criação. É desse modo, pois, que ele traça o panorama da situação na Floresta das Trevas:

Tão logo a luz apareceu puderam ver a floresta vindo, por assim dizer ao encontro deles, ou aguardando-os como uma muralha negra e sisuda. [...] Os pássaros passavam a cantar menos. Não havia mais cervos, não se viam mesmo coelhos. [...]. Os troncos eram enormes e nodosos, os galhos retorcidos, as folhas escuras e longas. (TOLKIEN, 2009, p. 133- 134)

Há, portanto, alguns atributos próprios dos espaços imbuídos pelo medo que também estão presente nessa caracterização da Floresta das Trevas: ausência de áreas bu-

cólicas – e, conseqüentemente, de animais – assim como a ênfase da escuridão em contraposição a cor. Vê-se, assim, um traço de semelhança com os túneis dos orcs. Tolkien, aliás, evidencia isso no texto, ao afirmar que

Não demorou muito para que começassem a odiar a floresta com a mesma intensidade com que haviam odiado os túneis dos orcs [...]. Mas tinham de avançar sempre, mesmo muito depois de começarem a morrer de vontade de ver o sol e o céu e de ansiarem pelo vento em seus rostos. O ar não se movimentava sob o teto da floresta, era eternamente parado, escuro e abafado. [...] *o hobbit*, que gostava de tocas para morar, mas não para passar dias de verão dentro delas, sentia que estava sendo lentamente sufocado. (TOLKIEN, 2009, p. 138)

Além dessa similaridade, há outro elemento que corrobora as relações topofóbicas: o ideário da agradabilidade. Nota-se, pois, como o incômodo era intenso devido a falta do sol e da circulação de ar – características do Condado – a ponto do *hobbit* se sentir sufocado. Além das sensações expostas, as falas dos personagens também indicam o teor dessas relações topofóbicas; Bilbo chega a caracterizar a Floresta das Trevas de “lugar horrível” (TOLKIEN, 2009, p. 149). Tudo isso explica o porquê desse cenário ser palco de “aventuras aterrorizantes” enquanto Bilbo, mais de uma vez, “ficou pensando em sua distante toca”. (TOLKIEN, 2009, p. 151).

Com efeito, a estadia da comitiva de Bilbo não teve, na visão de Tolkien, boas experiências a ponto de que “a floresta se encheu, mais uma vez, com seus clamores e gritos” (TOLKIEN, 2009, p. 150).

Depois da passagem pela Floresta das Trevas, a comitiva passa, rapidamente, pela Cidade do Lago, lar dos homens, para, depois, chegar ao seu destino final, Erebor. Esta última, antigo lar dos anões e atual morada do Dragão, também é chamada de Montanha Solitária. Nela, as manifestações de sentimento para com o espaço possuem tanto os anões quanto Bilbo como fonte. Mantém relação com os anões, por ainda manterem uma relação de afeto para com o seu antigo lar, e com Bilbo, devido a configuração do espaço.

A Montanha solitária, realmente, possuía elementos parecidos com aqueles que estavam presentes nos túneis dos orcs – nas Montanhas Sombrias – e na Floresta das Trevas, como elucidada o trecho abaixo:

A região ao redor tornava-se desolada e vazia, apesar de outrora, conforme Thorin lhes dissera, ter sido verde e bela. Havia pouca grama e, em pouco tempo, não se via arbusto nem árvore, apenas troncos quebrados e enegrecidos que lembravam outros, desaparecidos muito tempo atrás. (TOLKIEN, 2009, p. 199)

Percebe-se, então, que a Montanha Solitária não possuía elementos bucólicos e, conseqüentemente, trazia atributos concernentes àqueles já enumerados nas análises anteriores que, indubitavelmente, são relativos

à Inglaterra em processo de industrialização. Ademais, essas características ganham forças para a manifestação de relações topofóbicas, pois nem sempre a montanha foi assim. Um dia, ela fora “verde e bela” e, portanto, as relações manifestadas nela não eram topofóbicas, mas, ao contrário, topofílicas.

Não é preciso muito esforço para aplicar esse contexto à realidade de Tolkien que viu seu lugar, “verde e calmo”, ser transformado em cidades com diversas fábricas. Essa é a grande diferença da Montanha Solitária para os outros espaços analisados: nela, as relações mudam com o tempo. Outrora, ela era lugar de afeição; atualmente, de horror. Desse modo, se aplica a Erebor o conceito de deslugar de Relph explicado por Ferreira (2000). Segundo este, na concepção do primeiro, “o lugar, com toda sua carga de significados simbólicos e afetivos, parece se dissolver e se transformar em deslugares sem alma [...]” (FERREIRA, 2000, p. 70), sendo a industrialização um dos responsáveis por isso. Assim sendo, nota-se, na obra de Tolkien, as consequências da industrialização no espaço como elementos causadores de horror. Esse horror, aliás, foi registrado, assim como os outros espaços, por imagens do próprio Tolkien:

Figura 9 – O Portão dianteiro de Erebor.



Fonte: Tolkien (2009)

Essa mesma análise serve para Valle, uma cidade vizinha de Erebor, que também foi destruída por Smaug, o dragão. Tolkien, então, faz a seguinte descrição:

Ali está o que resta de Valle. – disse Balin. – As encostas da montanha eram cobertas de verdes bosques e todo o vale que ali se abrigava era rico e agradável, nos dias que os sinos soavam naquela cidade. (TOLKIEN, 2009, p. 200)

Tal como Erebor, Valle outrora tinha sido “verde” e “agradável”, ou seja, possuía os atributos concernentes aos espaços permeados de sentimentalidade por Tolkien e, conseqüentemente, seus personagens. Ela, ao contrário de Erebor, não tinha sido morada dos anões, mas há um aspecto dela que explica esse comentário imbuído de afeto: ela fazia parte da paisagem dos anões.

De fato, o lugar não se restringe ao espaço habitado, mas ao espaço experienciado ao qual foi atribuído um valor; ora, o olhar – e os demais sentidos – compõe essa experiência, conforme explica Tuan (1983). Além do mais, como já abordado, a paisagem, segundo Meinig (2002), pode estar associada ao conceito de lugar, pois ela serve como mediadora na relação de afetividade entre o espaço e observador.

Avançando na narrativa, constata-se que Tolkien (2009) reitera as características de Erebor nas vozes dos mais variados personagens. Desse modo, são vários os testemunhos de relações topofóbicas para com a Montanha Solitária quando se cita as referidas características; tais como o de Bilbo “[...] e dali saia também vapor e fumaça escura. Nada se movia naquela desolação, exceto o vapor e a água” (TOLKIEN, 2009, p. 200); ou ainda, o de Balin: “[...] todos os salões devem estar cheios de sua fumaça nojenta” (TOLKIEN, 2009, p. 200).

Percebe-se, portanto, uma ênfase nos atributos que caracterizam Erebor, a Montanha Solitária, como um lugar permeado por sentimentos de temor. Ele revela, ainda, as condições psicológicas dos personagens perante aquele espaço mediante esses últimos testemunhos topofóbicos:

Com esses **pensamentos melancólicos**, sempre seguido por corvos crocitantes, fizeram **desanimadamente** o caminho de volta ao acampamento. Em junho haviam sido hóspedes na bela casa de Elrond, e agora, embora o outono lentamente se transformasse em inverno, aquele tempo agradável parecia ter sido anos atrás. Estavam sozinhos no **perigoso** deserto, sem esperanças de conseguir mais ajuda. [...] **A nenhum deles restava muito ânimo**. [grifos nossos] (TOLKIEN, 2009, p. 200)

Aqui se reconhece que o medo, o temor, não é o único sentimento despertado por áreas topofóbicas; ao contrário disso, são inúmeros os sentimentos que podem ser aguçados: desânimo, melancolia, sensação de perigo. Este último, de fato, é mais frequente que os outros, pois “o perigo espreitava em cada rocha” (TOLKIEN, 2009, p. 203). O gênero literário, nesse caso, explica o motivo dessa decorrência, pois o gênero da literatura infantil possui, ao caráter da formação da criança, uma forte presença do medo, conforme elucida Medeiros (2011).

Esse medo acompanha Bilbo Bolseiro e seus companheiros de aventura por toda a sua estadia em Erebor. Esse sentimento, inclusive, prejudicou e, ao mesmo tempo, auxiliou na missão da Comitiva. Não obstante isso, *o hobbit* não “estava pensando muito no trabalho, mas sim no que estava além da distância azul, a pacífica Terra Ocidental e a Colina, com sua toca hobbit embaixo” (TOLKIEN, 2009, p. 204). Nota-se, portanto, a recorrente

presença da lembrança da sua toca, o seu lugar por excelência.

Contudo, Erebor não só oferecia sentimentos nefastos ao *hobbit*. Em certos momentos, os sentimentos bons – talvez por compensação – se manifestam na obra nessa localidade, em raros momentos. Num dado momento, Bilbo é retratado “**deliciando-se** com a sensação de ar fresco” [grifos nossos] (TOLKIEN, 2009, p. 211). Desse modo, Erebor proporcionou delícias a Bilbo, ainda que tenham sido através daqueles elementos relativos ao ideário da agradabilidade concernentes ao Condado e à Colina.

De fato, esses elementos são tão incomuns a Erebor que, no encontro de Bilbo com estes, surge uma sensação de estranhamento a ponto de Bilbo manifestar essa sensação ao afirmar: “nunca esperei ficar tão feliz em ver o sol de novo e sentir o vento em meu rosto” (TOLKIEN, 2009, p. 235). Na realidade, o sol e o vento não eram atributos de Erebor, pois Bilbo estava, nesse espaço, habituado às características destoantes do ideário da agradabilidade. Estar em Erebor era, certamente, sinônimo de achar-se “dentro daquele buraco horrível” (TOLKIEN, 2009, p. 235).

A exemplo de Valle, o simples fato de olhar para Erebor também causava uma sensação negativa, um sentimento topofóbico para os personagens: “eles raramente dirigiam-lhe o olhar, pois era **agourento e lúgubre mesmo à luz da manhã**” [grifos nossos] (TOLKIEN, 2009, p. 239). Emerge na obra de Tolkien, mais uma vez, a relação paisagem-lugar, elucidada por Meinig (2002). Contudo, a paisagem, dessa vez, evoca um sentimento de “deslugar”.

Não obstante isso, é, de fato, a presença efetiva de Bilbo e seus companheiros que mais evoca os sentimentos

topofóbicos. É a relação do *hobbit* com Erebor que mais é enfatizada na obra e, por isso, é a ela que se irá recorrer, devido ao seu protagonismo e à identificação de Tolkien com esse personagem. Novamente, em seu processo de experienciar o espaço da Montanha Solitária, Bilbo demonstra a sua nostalgia do Condado.

Porém, dessa vez, ele utiliza os próprios atributos de agradabilidade em vez do nome do espaço topofilico. Eis a expressão utilizada: “estou cansado de escadas e corredores de pedra. O que eu não daria para sentir a grama sob os pés!” (TOLKIEN, 2009, p. 260). *O hobbit*, então, demonstra sua insatisfação perante os compartimentos de pedra – símbolo da urbanização – e o desejo de estar numa área bucólica. Esse desejo, inclusive, é representado por uma experiência sensorial, o tato: “sentir a grama sob os pés!”, indo ao encontro da noção de lugar de Tuan (1983).

Em outro caso de nostalgia do espaço campesino, Bilbo, em meio a uma guerra, revela o anseio de “sair deste lugar **frio e triste**” [grifos nossos] (TOLKIEN, 2009, p. 262). Assim como no exemplo anterior, Tolkien, em sua obra, se utiliza de uma experiência sensorial – o frio – para qualificar um espaço, forjando um sentimento – a tristeza – na construção de uma relação topofóbica.

Noutro caso, Bilbo se utiliza da dimensão relacional e identitária do lugar para manifestar o desejo de regressar para a sua toca *hobbit*: “Gostaria de voltar para o oeste, para minha própria casa, onde as pessoas são sensatas” (TOLKIEN, 2009, p. 262). Neste ponto, a concepção de lugar de Tuan (1983), a de espaço familiarizado, ganha relevo na obra, pois, nessa última, é a relação de Bilbo

com seus pares, a convivência com os demais habitantes de sua terra natal que valoriza a relação com o espaço, delineando a ideia de lugar.

Depois de cumprir sua missão na Montanha Solitária – roubar o tesouro do Dragão, o que ocasionou na morte de Smaug e na recuperação de Erebor por parte dos anões –, Bilbo, na companhia de Gandalf, volta à sua terra natal, a Colina, no Condado. Nessa viagem, ele passa por regiões que já passara no caminho de ida. Em muitos desses lugares, os sentimentos despertados foram semelhantes.

O primeiro espaço permeado por uma sentimentalidade construída através de uma experiência é Valfenda, o lar dos elfos. O que antes era a “Última Casa amiga” se torna, pois, a “Primeira Casa Amiga”. Desse modo, as feições da paisagem se alteram: o Rio Negro de Erebor perde terreno, a “água clara correndo” e os troncos enegrecidos somem de vista ao passo que “aqui a grama vai crescendo” e “as folhas se agitando” (TOLKIEN, 2009, p. 289).

Mas, ainda com esse cenário bucólico, Valfenda não era o lugar por excelência de Bilbo como era, de fato, a Colina no Condado. De fato, Tolkien elucida isso ao inserir, novamente, a saudade do *hobbit* pela sua toca: “Mas agora, mesmo aquele lugar não poderia detê-lo por muito tempo e ele sempre pensava em casa” (TOLKIEN, 2009, p. 292). Dessa vez, a saudade teria fim. Foi a última manifestação de nostalgia de sua casa.

Depois disso, Bilbo e Gandalf partem para a Colina e, ao se depararem com a chuva, o *hobbit* afirma: “Mas demos as costas às lendas e estamos voltando para casa. Acho que este é o primeiro gostinho dela” (TOLKIEN,

2009, p. 292). Aqui, manifesta-se, mais uma vez, a noção de lugar de Tuan (1983), na qual os sentidos são de vital importância na edificação da afetividade para com o espaço. O Condado, pois, tinha um “gostinho”, um sabor. Ainda que seja uma linguagem metafórica, é perceptível que a relação afetiva de Bilbo com o Condado é mediatizado pelos sentidos, a ponto desse lugar ter um gosto.

O primeiro gosto do Condado não era, contudo, todo o sabor do Condado e *o hobbit* ainda não tinha chegado ao seu lar. Mas, as proximidades dele já faziam o sentimento de alegria emergir no coração de Bilbo: “Mas a terra estava verde e havia muita grama pela qual *o hobbit* caminhava alegremente [...] e o tempo estava claro e quente outra vez” (TOLKIEN, 2009, p. 293). Nota-se, portanto, os elementos da agradabilidade por áreas rurais da Inglaterra de Tolkien que despertavam esse sentimento: a vegetação (a grama); o clima (tempo quente) e a ambiência (o tempo claro).

Por fim, Bilbo chega a sua terra natal, a Colina no Condado. E assim Tolkien narra essa chegada:

Como todas as coisas chegam a um fim, até mesmo esta história, houve um dia em que finalmente **avistaram a terra onde Bilbo nascera e fora criado, onde os contornos da paisagem e das árvores eram-lhe tão familiares quanto suas mãos e dedos dos pés.** [grifos nossos] (TOLKIEN, 2009, p. 293)

Esse trecho, pois, elucida dois elementos importantes para o entendimento da afetividade de Bilbo para com

aquele espaço e, portanto, para a noção de lugar. A primeira delas é referente à ideia de naturalidade enquanto a segunda – que, de certa forma, está ligada à primeira – é concernente ao conhecimento desse espaço.

Bilbo, de fato, nasceu e cresceu no Condado e isso fortalece o sentido identitário, de pertencimento a um determinado espaço e, conseqüentemente, de uma ligação afetiva a esse último.

O segundo elemento é mais complexo, pois deriva de uma metáfora. Bilbo conhece tão bem aquele lugar que ele chega a ser comparado a partes do corpo do *hobbit*. A relação afetiva entre ambos é tão estreita que Bilbo se sente como se o Condado fosse parte dele; sem a Colina, Bilbo não é o mesmo.

E tudo isso porque Bilbo conhece o Condado; ele é um espaço íntimo para o *hobbit*, é tão familiar “quanto suas mãos e dedos dos pés”. Nota-se, aqui, o conceito de lugar de Tuan (1983), o qual afirma que é preciso conhecer o espaço para valorizá-lo e transformá-lo num lugar.

Imediatamente após a chegada de Bilbo no Condado e da sua primeira olhadela nos contornos das árvores, ele, inspirado por esse amor – topofilia! –, declama um poema, uma verdadeira ode ao regresso. Assim como um enamorado declama versos ao encontrar-se com a pessoa amada, Bilbo exprime toda a sua afetividade para com o seu lugar:

*Estradas sempre a frente vão,
Sob copas, sobre pedras a passar,
Por cavernas sempre sem sol,
Por rios que nunca veem mar:*

*Sobre a neve que o inverno semeia
Pelas flores que junho cultua,
Sobre seixos, sobre o verde capim,
E sob montanhas da lua
Estradas sempre a frente vão
Sob nuvens e estrelas a passar,
Mas os pés que percorrem os caminhos
Um dia para casa vão voltar.
Olhos que fogo e espada conheceram
E em antros de pedra horror pungente,
Um dia verdes prados recontemplaram
E as colinas e as matas de sua gente
(TOLKIEN, 2009, p. 293-294)*

Os versos acima mostram, de forma poética, todo o caminho de Bilbo do Condado para Erebor. Eles são, de certa forma, um resumo do livro; um registro da jornada da comitiva. Bilbo cita as cavernas dos orcs, as pedras das montanhas – assim como as próprias montanhas – dos anões, o capim e as flores de junho de Valfenda e os verdes prados do Condado. Ou seja, ele sintetiza os testemunhos topofóbicos e topofilicos.

Contudo, busca-se frisar, no poema, os versos finais. Neles, Bilbo narra a alegria do reencontro com a sua terra. Para isso, ele se vale da visão para mediatizar o sentimento de regresso. Os olhos possuem, de fato, um lugar central nessas últimas palavras de Bilbo. São eles que conheceram, em antros de pedra, o horror pungente e, posteriormente, passaram a recontemplar os verdes prados, as colinas e as matas da sua gente. Nota-se, portanto, as ideias de Meinig (2002) e Tuan (1983, 2013) a respeito do

lugar. O primeiro estabelece a noção de paisagem como lugar enquanto o segundo indica a importância dos sentidos na construção do lugar assim como cunha os termos de topofilia e topofobia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antonie de Saint- Exupéry, talvez inconscientemente, apresenta, em sua grande obra “O Pequeno Príncipe”, dois modos de ser fazer Geografia. O primeiro é personalizado no Velho Geógrafo do sexto planeta visitado pelo Pequeno Príncipe. Aquele não era um explorador e, simplesmente, anotava a quantidade e localização dos rios, mares, montanhas e desertos. Ele, baseado numa Geografia meramente descritiva, não anotava as flores e/ou tudo aquilo que julgava efêmero. O segundo é protagonizado pelo Príncipe. Esse é um explorador e, sobretudo, um explorador que não negligenciava as flores, isto é, os sentimentos humanos.

Neste trabalho, pois, fez-se uma Geografia aos moldes do Pequeno Príncipe: sem prescindir do conteúdo, preocupou-se com aquilo que vai além da simples morfologia dos lugares e penetrou-se na subjetividade de J.R.R. Tolkien. Desse modo, se valendo das ideias de Gomes (1997), abriu-se mão da concepção do espaço (e, conseqüentemente, do lugar) sob a perspectiva da forma formata, de um dado meramente fixo, da palavra imóvel; em suma, negou-se a realização de inventários das coisas sobre o espaço, a Geografia do Velho Geógrafo.

Assim sendo, construiu-se o primeiro capítulo, dedicado às interações entre a Geografia e a Literatura, bem

como à discussão do lugar, com o espírito de explorador do Pequeno Príncipe. A princípio, a exploração se deu, na companhia de Gomes (2010), Zanatta (2008) e McDowell (1996), no túnel do tempo da epistemologia geográfica. Do período de Ratzel até a era presente, delineou-se, brevemente, a trajetória da Geografia de abordagem cultural.

Essa exploração permitiu a discussão sobre a Geografia de abordagem humanística e cultural e como ela, negando o Positivismo, buscou uma epistemologia holística e valorizou a cultura e o homem. Reafirmou-se a Arte, sobretudo, a literária, como a menina dos olhos dos geógrafos humanistas, por ser o elo entre o universo simbólico e as interpretações geográficas.

Posteriormente, explorou-se, com o auxílio de Brosseau (2007), o túnel do tempo da relação Geografia-Literatura ao esboçar-se uma história dessa interseção. A Literatura, antes usada como mera muleta, passou a ter um papel importante nos estudos geográficos. Estabeleceu-se, ainda, os princípios que permitem uma análise de obras de cunho geográfico. Negar a literalidade do espaço representado no texto e estabelecer uma relação de alteridade são vitais para o desenvolvimento de análises geográficas de livros e, no presente, não foi diferente. Ainda no primeiro capítulo, outra exploração foi realizada. Dessa vez, os caminhos desvelados foram os passos do conceito de lugar. Essa estrada foi percorrida juntamente com Gomes (1995), Ferreira (2000) e, sobremaneira, Tuan (1983, 2012). Nesta jornada, evidenciou-se o conceito de lugar como um espaço permeado e imbuído pelo sentimento; sentimento este gerado através da experiência. O lugar, não obstante suas várias concepções, está sempre ligado à ideia de afetividade.

No segundo capítulo, seguindo a sugestão de Brosseau (2007), a exploração transformou-se em descoberta de descobertas. As explorações, agora, vasculharam, minuciosamente, o que havia de teor geográfico nos textos de J.R.R Tolkien, seja na sua teoria literária ou na sua cosmovisão. Assim sendo, nessa viagem “noética”, elucidou-se a concepção de mundo anti-modernista e, conseqüentemente, anti-industrial de Tolkien. Essa concepção proporcionou a afetividade deste por áreas campestres: verdes e calmas. Averiguou-se, ainda, que essa mentalidade foi responsável por um surgimento de uma literatura fantástica que, apesar de se situar num mundo imaginário, é representação do mundo real, ou no dizer do próprio Tolkien, “a Fantasia é feita do Mundo Primário” (TOLKIEN, 2006, p. 75). A Inglaterra, pois, está presente na obra; seja Inglaterra pré-industrial nas áreas imbuídas por afetividade, seja a Grã-Bretanha urbanizada e industrializada nas áreas topofóbicas.

O terceiro capítulo é o cerne do trabalho e, nele, a Geografia com o espírito do Pequeno Príncipe se encontra notadamente. Aqui, mais do que noutros capítulos, é levada em consideração a seguinte sentença: “Eis o meu segredo: só se vê bem com o coração. *O essencial é invisível aos olhos*” (SAINT-EXUPÉRY, 1999, p.72). Assim sendo, não é o inventário de coisas sobre o espaço que é analisado nesse capítulo, mas o ponto decisivo é a afetividade para com o espaço, aquilo que é invisível aos olhos.

Dessa forma, no terceiro capítulo, se valendo dessa sentença e usando o lugar como concebido no final do primeiro capítulo, elaborou-se as análises da obra ‘O hobbit’. Nelas, de fato, foram elucidadas as relações de lugar

existentes em toda obra e explicou-se a ordem espacial imbuída de sentimentos contida na obra em consonância com a cosmovisão de Tolkien.

Os objetivos se mostraram, por fim, alcançados e o método hermenêutico, já utilizado pela Geografia de abordagem cultural, apresentou-se a contento. A hipótese, inicialmente proposta, de que a literatura de Tolkien trazia, em si, traços da realidade da Inglaterra pré-industrial assim como evidenciava as experiências de Tolkien nesse contexto espaço-temporal e a decorrente afetividade para com a Inglaterra bucólica, a Grã-Bretanha de sua infância, foi confirmada.

Percebeu-se, pois, que o autor de '*O hobbit*' reflete suas experiências com áreas campestres na "verde e agradável terra da Inglaterra" (CARPENTER, 2006, p. 154) no seu processo de criação, como o próprio deixa a inferir. Desde o amor do personagem principal, *o hobbit* Bilbo, por estar sobre a grama ou na sua toca hobbit, perpetuando as práticas culturais do povo até a recontemplação das suas terras após experiências topofóbicas, numa viagem para pontos nunca antes vistos e com uma carga sentimental negativa, por estas elucidarem características da Inglaterra industrializada.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, Gaston. **A Filosofia do Não; O Novo Espírito Científico; A Poética do Espaço**. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha; Traduções de Joaquim José Moura Ramos... (et. Al.) – 2 ed., São Paulo, Abril Cultural, 1984.

BERDOULAY, Vincent. Espaço e cultura. In: Castro, Gomes & Correia. **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2012.

BROSSEAU, Marc. Geografia e literatura. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Literatura, música e espaço**. Rio de Janeiro. EdUERJ, 2007.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária**. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.

CARPENTER, Humphrey. **As Cartas de J. R. R. Tolkien**. Curitiba: Arte e Letra, 2006.

FERREIRA, Luiz Felipe. Acepções recentes dos conceitos de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. **Revista Território**. Rio de Janeiro, ano V, n. 09, julho/dezembro de 2000. p. 65-83.

FRÈMONT, Armand. **A região, espaço vivido**. Coimbra: Almedina, 1980.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. A região e o lugar: novos significados na análise geográfica. In: BICALHO,

A.M.S.M; DINIZ, M.S. **A geografia a as transformações globais: conceitos e temas para o ensino.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

_____. Geografia fin-de-siècle: o discurso sobre a ordem do mundo e o fim das ilusões. In: Paulo Cesar da Costa Gomes; Ina Elias de Castro; Roberto Lobato Correa. (Org.). **Explorações geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, v. 1, p. 13-43.

_____. **Geografia e Modernidade.** 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HOBBSAWN, Eric. **A era do capital (1848-1975).** 13ª ed. Paz e Terra: São Paulo, 1977.

_____. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Forence Universitária. 2003

HOLZER, Werther. *O conceito de lugar na Geografia Cultural – Humanista: Uma contribuição para a Geografia Contemporânea.* **GEographia.** v.5, n.10, 2003.

KLAUTAU, Diego Genú. **O Bem e o Mal na Terra-média – A filosofia de Santo Agostinho em O Senhor dos Anéis de J. R. R. Tolkien como crítica à modernidade.** 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

MARANDOLA, Janaina de A. M. e S. O geógrafo e o romance: aproximações com a cidade. **Geografia** (Rio Cla-

ro. Impresso), v. 31, p. 61-81, 2006.

MCDOWELL, L. A transformação da Geografia Cultural. In: GREGORY, D. et all. (Org.) **Geografia Humana: Sociedade, Espaço e Ciência Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

MEDEIROS, Roberto Carneiro. O caráter formador da Literatura Infantil: a perspectiva do medo nos contos de fadas. **Semioses** (Rio de Janeiro), v. 8, p. 67-74, 2011.

MEINIG, Donald W. O olho que observa: dez versões da mesma cena. **Espaço e Cultura** (UERJ), n.13, p.35-46, 2002.

MELLO, J. B. F. Descortinando e (re)pensando categorias espaciais com base na obra de Yi-Fu Tuan. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Matrizes da geografia cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MONTEIRO, Carlos A. de F. **O mapa e a trama: ensaios sobre o conteúdo geográfico em criações romanescas**. Florianópolis: UFSC, 2002.

PINHEIRO, Delio José Ferraz; SILVA, Maria Auxiliadora da (Orgs). **Visões imaginárias da cidade da Bahia: diálogos entre a geografia e a literatura**. Salvador: EDUFBA, 2004.

SAINT-EXUPÉRY, Antoine. O Pequeno Príncipe. Trad. Dom Marcos Barbosa Agir, Rio de Janeiro, 1999.

TOLKIEN, J. R.R. **O Senhor dos Anéis: A Sociedade do Anel**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Sobre histórias de fadas**. Trad. Ronald Eduard Kyrmse. São Paulo: Conrad Livros, 2006.

_____. **O Hobbit**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

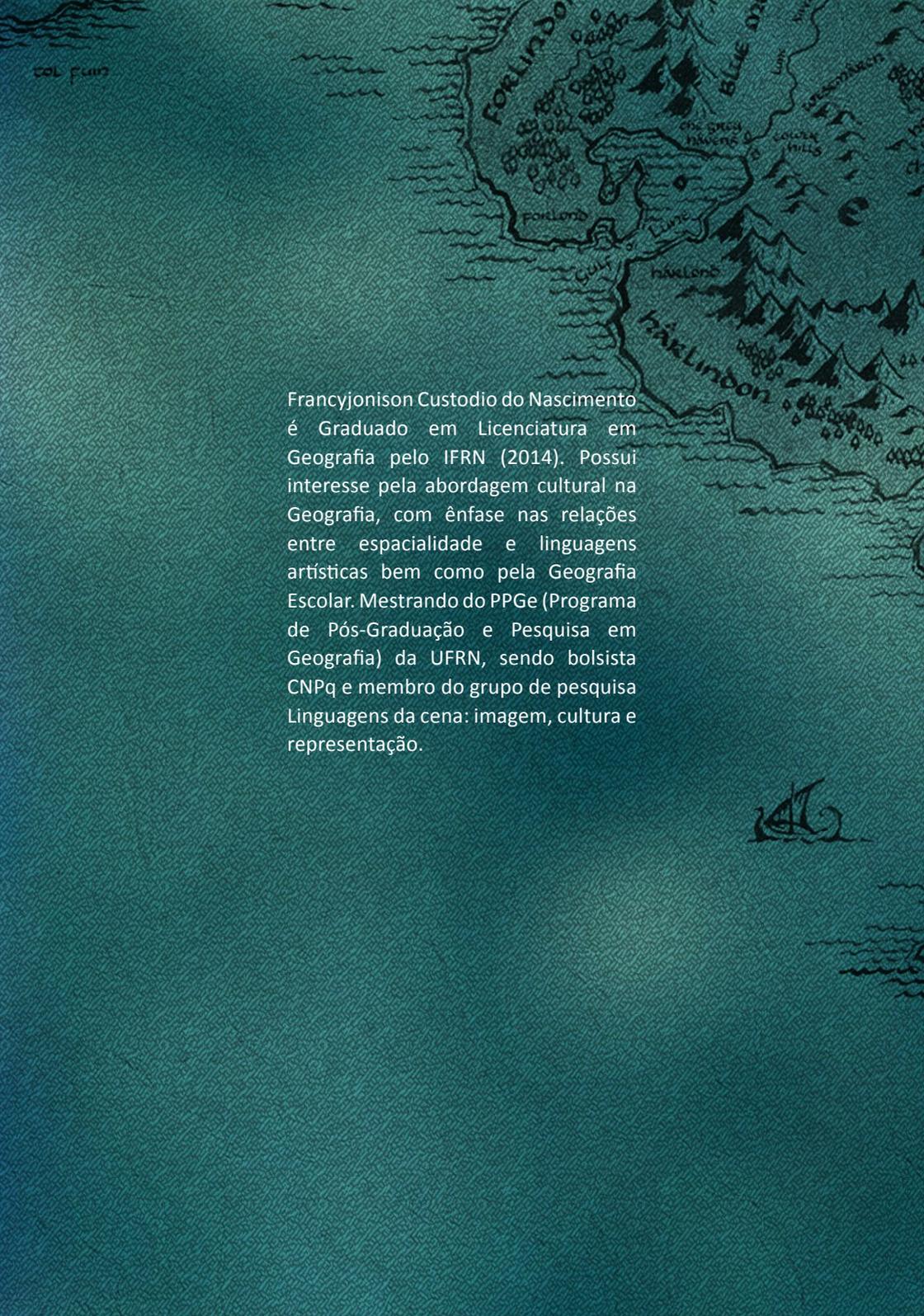
_____. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 2012.

WHITE, Michael. **J.R. R. Tolkien: o senhor da Fantasia**. Trad. Bruno Dorigatti. Rio de Janeiro: Dark Side Books, 2013.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. Trad. Paulo Henriques Brito. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

ZANATTA, Beatriz Aparecida. A abordagem cultural da Geografia. **Temporis(ação)** (UEG), v.1, p. 249-262, 2008.



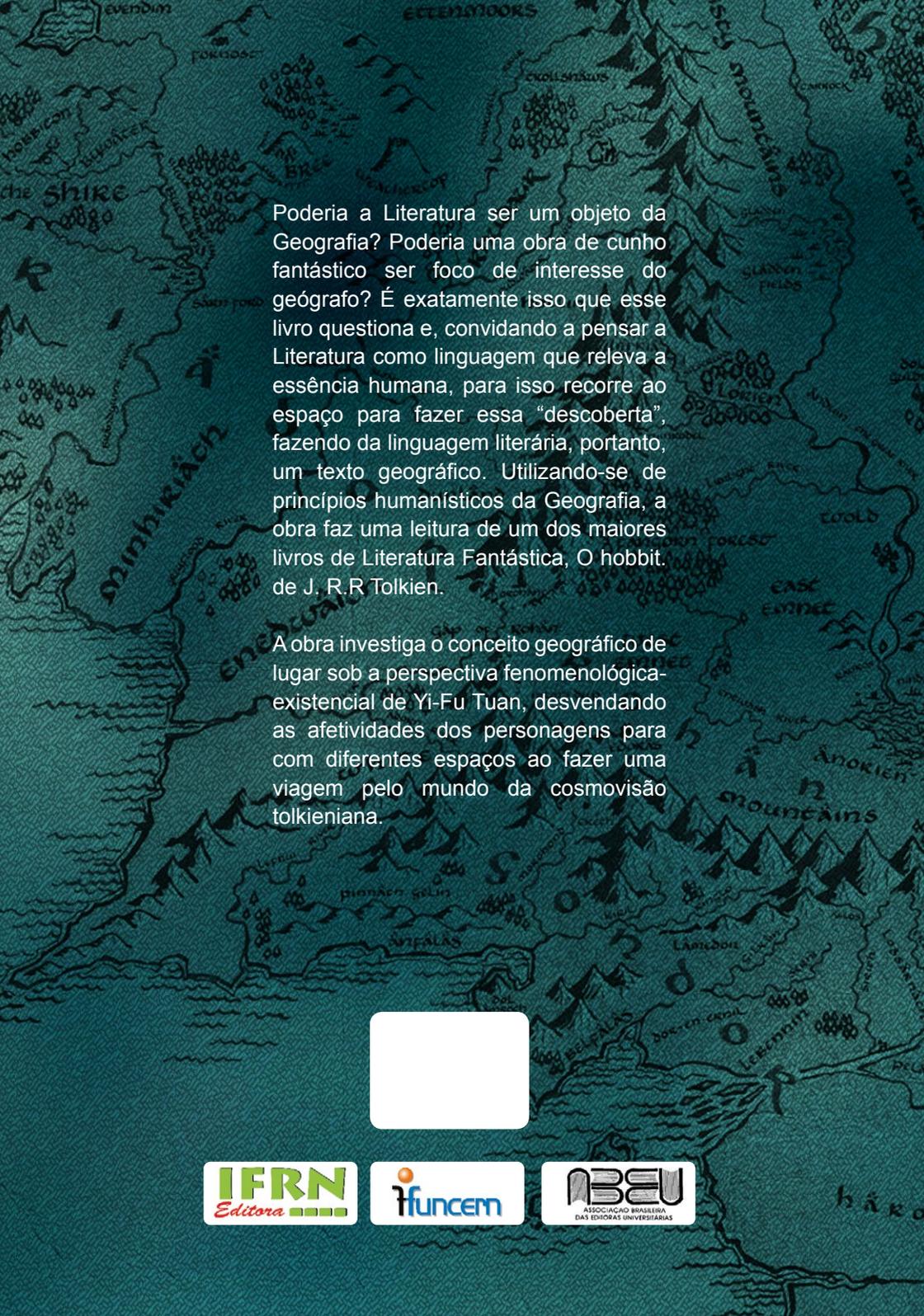


Francyjonison Custodio do Nascimento é Graduado em Licenciatura em Geografia pelo IFRN (2014). Possui interesse pela abordagem cultural na Geografia, com ênfase nas relações entre espacialidade e linguagens artísticas bem como pela Geografia Escolar. Mestrando do PPGe (Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia) da UFRN, sendo bolsista CNPq e membro do grupo de pesquisa Linguagens da cena: imagem, cultura e representação.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte iniciou em 1985 suas atividades editoriais com a publicação da Revista da EFRN, que a partir de 1999 se transformou na Revista Holos, em formato impresso e, posteriormente, eletrônico. Em 2004, foi criada a Diretoria de Pesquisa que fundou, em 2005, a editora do IFRN. A publicação dos primeiros livros da Instituição foi resultado de pesquisas dos professores para auxiliar os estudantes nas diversas disciplinas e cursos.

Buscando consolidar uma política editorial cuja qualidade é prioridade, a Editora do IFRN, na sua função de difusora do conhecimento já contabiliza várias publicações em diversas áreas temáticas.





Poderia a Literatura ser um objeto da Geografia? Poderia uma obra de cunho fantástico ser foco de interesse do geógrafo? É exatamente isso que esse livro questiona e, convidando a pensar a Literatura como linguagem que releva a essência humana, para isso recorre ao espaço para fazer essa “descoberta”, fazendo da linguagem literária, portanto, um texto geográfico. Utilizando-se de princípios humanísticos da Geografia, a obra faz uma leitura de um dos maiores livros de Literatura Fantástica, O hobbit, de J. R.R Tolkien.

A obra investiga o conceito geográfico de lugar sob a perspectiva fenomenológica-existencial de Yi-Fu Tuan, desvendando as afetividades dos personagens para com diferentes espaços ao fazer uma viagem pelo mundo da cosmovisão tolkieniana.